

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Geografia  
Programa de Geografia Humana

CAROLINA MASSUIA DE PAULA

Reflexões sobre departamentalização  
e urbanização na Martinica

São Paulo

2013

CAROLINA MASSUIA DE PAULA

Reflexões sobre departamentalização  
e urbanização na Martinica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani

São Paulo

2013

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: PAULA, Carolina Massuia de

Título: Reflexões sobre departamentalização e urbanização na Martinica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

### Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*À Teresa,*

*cuja chegada fez nascer em mim forças insuspeitadas.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Amélia Luisa, pela confiança depositada em um projeto a respeito do qual tinha acertadamente muitas ressalvas. Os anos em que pude desfrutar de sua presença – como orientadora, professora ou companheira nos grupos de estudo – não foram suficientes para desbaratar o desconcerto que me causa sua capacidade de proporcionar uma extraordinária liberdade para percorrermos nossos caminhos, ao mesmo tempo em que oferece uma presença absolutamente decisiva em nossas reflexões e descobertas.

Ao Paulão, que todos os dias me ensina que é possível não desistir. Sem seu apoio e ajuda, em todos os níveis, esta dissertação não existiria. Este trabalho é um pouco seu.

À Cris, que me ajudou a entender o lugar deste trabalho em minha vida, num momento em que eu já não conseguia mais me encontrar nele.

A meus pais, pelo apoio em tantos momentos, e por colocar de lado suas próprias necessidades e tarefas para me ajudar com as minhas.

A meus sogros, sempre de portas e corações abertos e prontos a ajudar. Ao Flávio, um agradecimento especial, por ter me colocado em contato com seu amigo Júnior, um simpático martinicano que não pude conhecer pessoalmente mas que ofereceu grande ajuda nos preparativos da viagem de campo.

Às professoras Sandra Lencioni e Ana Fani, pelo acompanhamento de minha trajetória, pela leitura atenta e carinhosa do relatório de qualificação e pelas generosas contribuições. Se seus apontamentos não foram todos resolvidos aqui, nem poderiam, eles no entanto foram essenciais para mover este trabalho.

Aos amigos queridos e companheiros de estudo, que são sempre um grande apoio, fonte de inspiração e aprendizado. Sendo muitos os que merecem meu obrigado, é sempre difícil nomeá-los todos. Mas alguns merecem uma palavra especial, pelo carinho e persistência de seu apoio, pela oferta de tantas ajudas, pela generosidade em ler e comentar meus escritos, em detrimento de suas próprias tarefas e a despeito de eu não ter podido fazer o mesmo por eles: Baldraia, Camila, Carol, Danee, Daniel, Diogo, Elisa, Guará, Joselito, Júnior, Karen, Léa, Maíra, Mendel, Rê. Não há dúvida de que este trabalho é fruto da convivência privilegiada com pessoas de espírito rico e alma generosa.

A todos aqueles que nos receberam e ajudaram na Martinica. Sobretudo a Raymond Maizeroi, que desde o princípio revelou, além de muita simpatia, grande desprendimento e disponibilidade em ajudar, viabilizando nossa estadia de diversas formas e nos colocando em contato com outras ajudas; sem falar nas longas conversas sobre Martinica, Brasil, política e futebol, que com seu falar vigoroso desafiavam nossos ouvidos (mal) acostumados ao francês *standard*. A Karim Confiant, que nos guiou por sua ilha e revelou-se uma prazerosa companhia, em francês, português, inglês ou espanhol. A Mme. Adnet, da Semavil, absolutamente paciente com nossas perguntas e questionamentos. A Lorène Labridy, capaz de nos apresentar seu país em sua beleza e contradições. A William Rolle, pela atenção que nos foi dispensada em meio a seus tantos compromissos. A Henri Godard, que nos apresentou a UAG e o Geode, além de conversar conosco, apresentar colegas, indicar leituras e fornecer materiais. A todos da UAG que nos ajudaram em nossas necessidades acadêmicas e burocráticas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de pesquisa concedida.

## RESUMO

PAULA, Carolina Massuia de. **Reflexões sobre departamentalização e urbanização na Martinica**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este trabalho propõe uma reflexão a respeito de aspectos da produção do espaço implicados na modernização e urbanização da Martinica, a partir da segunda metade do século XX. Composto o ultramar francês desde 1946, na condição de departamento, essa ilha do Caribe apresenta desde então um amplo processo de modernização e urbanização que toca profundamente a vida cotidiana. Embora muitas vezes apresentada e entendida pela ótica do benefício e do direito, essa situação provoca incômodos e gera críticas no sentido de uma imposição cultural e de uma continuidade da dominação colonial. No quadro de um desenvolvimento crítico e contraditório, o processo de modernização e urbanização da ilha acena com a ideia de progresso e melhoria das condições de vida, mas revela uma ilusão de acesso à cidade, direito à cidade e cidadania, que vão sendo reduzidos à noção de direito ao consumo, e mesmo nesse âmbito realizam-se precariamente.

Palavras-chave: Martinica. Departamentalização. Urbanização.

## ABSTRACT

PAULA, Carolina Massuia de. **Reflections on departmentalization and urbanization in Martinique**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This work proposes a reflection on aspects of the production of space involved in the modernization and urbanization of Martinique, from the second half of the twentieth century. Compounding the French overseas since 1946, on condition that department, this Caribbean island has since then an extensive process of modernization and urbanization that deeply touches everyday life. Although often presented and understood from the perspective of the benefit and the rights, this situation causes discomfort and generates critical towards a cultural imposition and a continuity of colonial domination. Under a critical development and contradictory process of modernization and urbanization of the island beckons with the idea and progress and improvement of living conditions, but revealed an illusion of access to the city, right to the city and citizenship, which will be reduced to concept of the right to consumer, and even in this context are held precariously.

Keywords: Martinique. Departmentalization. Urbanization.



## RÉSUMÉ

PAULA, Carolina Massuia de. **Réflexions sur la départementalisation et l'urbanisation en Martinique**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Ce travail propose une réflexion sur les aspects de la production de l'espace impliqués dans la modernisation et l'urbanisation de la Martinique, la seconde moitié du XXe siècle. Intégrée à l'outremer français depuis 1946, à condition de département, cette île des Caraïbes a depuis lors soumis un vaste processus de modernisation et d'urbanisation qui touche profondément la vie quotidienne. Bien que souvent présenté et compris du point de vue du bénéfice et du droit, cette situation engendre du malaise et de la critique vers une imposition culturelle et une continuité de la domination coloniale. Dans le cadre d'un processus de développement critique et contradictoire, le processus de modernisation et urbanisation de l'île attire avec l'idée de progrès et amélioration des conditions de vie, mais il révèle une illusion d'accès à la ville, au droit à la ville et à la citoyenneté, qui se sont réduits à la notion du droit à la consommation, et même dans ce sens se réalisent d'une manière précaire.

Mots-clés: Martinique. Départementalisation. Urbanisation.

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1 - Biblioteca Schœlcher e Place de la Savane, dois importantes pontos históricos do centro de Fort-de-France, em obras.....34
- Foto 2 - Placa no centro de Fort-de-France, apresentando alguns dos principais alvos do projeto de renovação da cidade .....34
- Foto 3 - La Galleria, *shopping center* instalado no eixo viário que liga Le Lamentin a Fort-de-France .....38
- Foto 4 - Na praça central de Fort-de-France, a histórica Catedral Saint-Louis (à esquerda) divide as atenções com uma filial da rede francesa de lojas de departamentos Galeries Lafayette (à direita) .....39
- Foto 5 - Village Créole, centro comercial em Pointe du Bout que abriga lojas e lanchonetes voltadas aos turistas, sob uma fachada que remete à arquitetura crioula .....39
- Foto 6 - Place de la Savane e Le Malecon (calçadão na orla da baía de Fort-de-France) após obras de revitalização; ao fundo, obras do empreendimento de luxo de Pointe Simon, que vem na esteira do projeto de renovação urbana .....42
- Foto 7 - Texaco, bairro martinicano que sofreu uma operação urbanística celebrizada em romance de Patrick Chamoiseau .....43
- Foto 8 - Vista para a favela de Trénelle, que se estende morro acima, em Fort-de-France .....55
- Foto 9 - Vieux-Pont, área de ocupação irregular que já passou por um programa de desocupação .....56
- Foto 10 - É comum encontrar carcaças de carro abandonadas pela Martinica; aqui, uma em Volga-Plage .....65
- Foto 11 - Publicidade sobre a Martinica no metrô de Paris .....66

Foto 12 – Volga-Plage, bairro martinicano que é exemplo da área de ocupação insalubre.....84

Foto 13 - Em Volga-Plage, contêineres portuários abandonados podem ser usados para moradia .....85

Foto 14 - Em Vieux-Pont, construções utilizam restos de materiais.....85

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Martinica – localização relativa à França, às Américas e ao Brasil .....	18
Mapa 2 - Martinica – localização no arquipélago das Pequenas Antilhas .....	19
Mapa 3 - Martinica – municípios e rede viária; em destaque, conurbação incluindo Fort-de-France, Schœlcher e Le Lamentin .....	58

## LISTA DE SIGLAS

Bumidom	<i>Bureau pour le Développement des Migrations Intéressant les DOM</i> (Agência para o Desenvolvimento da Migração Envolvendo os DOM)
DOM	<i>Département d'Outre-Mer</i> (Departamento Ultramarino)
PIB	Produto Interno Bruto
Semavil	<i>Société d'Economie Mixte d'Aménagement de la Ville du Lamentin</i> (Sociedade de Economia Mista de Planejamento da Cidade de Le Lamentin)
Siicusp	Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP
TGI	Trabalho de Graduação Individual
TOM	<i>Territoire d'Outre-Mer</i> (Território Ultramarino)
UAG	<i>Université des Antilles et de la Guyane</i> (Universidade das Antilhas e Guiana)
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1. INTRODUÇÃO .....	17
2. O ANÚNCIO DA MODERNIDADE: CIDADE E ESTRANHAMENTO .....	29
3. DEPARTAMENTALIZAÇÃO: O ESTATUTO POLÍTICO E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA.....	44
3.1 DE COLÔNIA A DEPARTAMENTO ULTRAMARINO .....	45
3.2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICO-ESPACIAIS .....	50
4. OS SENTIDOS DA MODERNIZAÇÃO: INCÔMODO E CONTRADIÇÃO .....	64
4.1 INTERESSES POLÍTICO-ECONÔMICOS TRAVESTIDOS DE DEMANDAS SOCIAIS ....	71
4.2 URBANIZAÇÃO COMO AMPLIAÇÃO DO MUNDO DA MERCADORIA, CIDADANIA COMO ACESSO AO CONSUMO E A ILUSÃO DO URBANO .....	81
5. CONSIDERAÇÕES.....	99
REFERÊNCIAS.....	103

## APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho inscreve-se numa trajetória de estudos que vem sendo traçada há alguns anos, e se confunde mesmo com a formação que pude ter na universidade. O contato com os conhecimentos sobre a Martinica deu-se através da descoberta de sua literatura, no curso sobre literaturas de expressão francesa frequentado ao fim de minha primeira graduação, em Letras, em 2003. A graduação em Geografia, iniciada no ano seguinte, significou para mim a abertura de todo um fascinante universo de possibilidades de compreensão do mundo moderno, o que despertou o interesse em constituir uma reflexão que articulasse essas duas experiências. Com a acolhida da professora Amélia Luisa, tive então a oportunidade de elaborar um projeto de iniciação científica nesse sentido, que foi desenvolvido entre os anos de 2006 e 2009, e acabou suscitando este novo trabalho.

Inspirado por uma obra literária, o referido projeto procurava elaborar uma reflexão sobre a vida cotidiana na Martinica, buscando observar o movimento de uma sociedade na qual começavam a ser percebidos elementos e dinâmicas identificados como novos e mesmo externos à vida cotidiana própria daquele lugar – o movimento de uma sociedade que se moderniza produzindo o estranhamento, a resistência. Tal reflexão suscitou a possibilidade de tentar compreender esse movimento a partir do pensamento acerca da produção do espaço e do urbano no mundo moderno – é o que se busca desenvolver no presente trabalho.

Seja pela natureza de sua temática ou pelos limites da pesquisadora, esta pesquisa enfrentou importantes limitações em termos de acesso a dados e

bibliografia específica, e à realização de trabalho de campo; ainda assim, tive a oportunidade de estar na Martinica por duas vezes: em 2007, numa viagem parcialmente custeada pela Universidade de São Paulo (USP) como prêmio pela apresentação da pesquisa de iniciação científica no 14º Simpósio de Iniciação Científica da USP (Siicusp), e em 2011, desta vez com recursos próprios.

É preciso dizer que este trabalho é parte de uma experiência de universidade e de vida. O produto aqui fixado e ordenado está inscrito num fluxo de aprendizados, dúvidas, trocas e convivências que forjaram muito mais do que estas páginas. É certo que saí ganhando mais do que posso oferecer aqui. E que isto que ofereço está repleto dessa experiência e compartilhamento.

O exercício da pesquisa acadêmica, submetido à lógica do mundo do trabalho, assume o caráter de atividade profissional; inserido no movimento social de especialização e divisão de nossas vidas em esferas, espera-se que ele avance paralelamente a – e a despeito de – quaisquer contingências pessoais. Cisão impossível e incontornável. Impossível calar sobre o fato: entrei neste projeto aluna e saí mãe. Impossível não mencionar a dificuldade de dar continuidade a um projeto anterior à gravidez, após o nascimento. Da filha e da mãe. Sem lamento. Apenas é preciso dizer da concentração necessária para não se deixar tragar pelo novo e abandonar tudo o mais; para transformá-lo em força revitalizadora. E então encarar os limites com alguma tranquilidade.

É sincero afirmar que houve dúvidas a respeito da validade de dar prosseguimento a este trabalho, cujo desenvolvimento nunca fez jus à inspiração que lhe deu ensejo. A possibilidade do aprendizado com professores e colegas tão admiráveis como aqueles de cuja presença tive o privilégio de desfrutar eleva nossas aspirações, e diante delas o resultado parece mesquinho. Como produto da



academia, como trabalho de coleta e análise sistemática de dados, desenvolvimento temático vertical e apropriação teórica densa, esta dissertação por certo carece de precisão e aprofundamento, sobram-lhe lacunas. Mas ela vale como registro de uma reflexão, e propõe a construção do conhecimento resgatando o sentido de nossa presença na universidade: não o da defesa e reposição da instituição acadêmica, mas o da possibilidade da criação, da produção do debate, da reflexão compartilhada. O que me foi possível elaborar, aqui se apresenta.

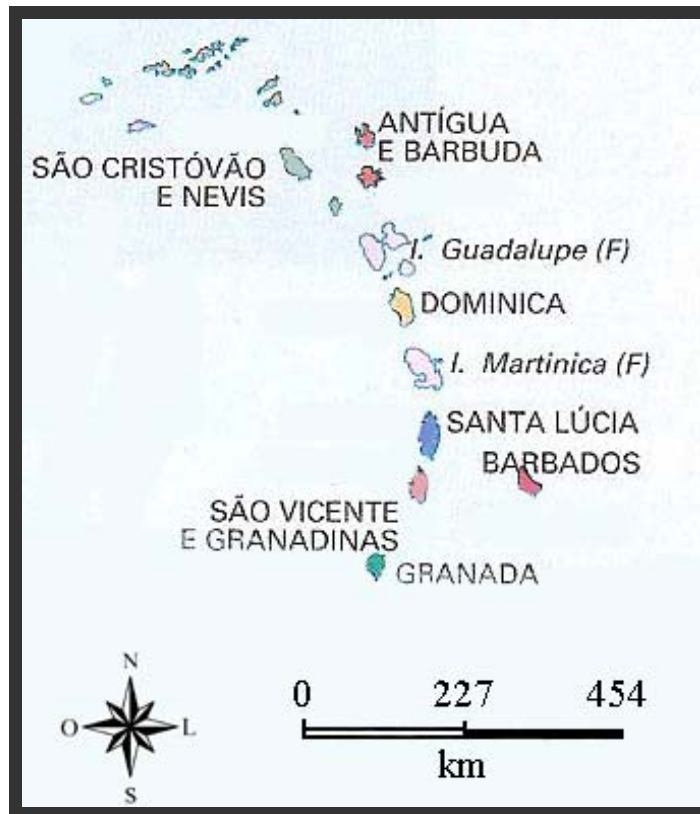
## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão a respeito de aspectos da produção do espaço implicados na modernização e urbanização da Martinica, a partir da segunda metade do século XX. A Martinica é uma ilha localizada no mar do Caribe, no arquipélago das Pequenas Antilhas, com uma superfície de pouco mais de mil quilômetros quadrados e quase 400 mil habitantes, que integra o território francês – apesar de encontrar-se do outro lado do oceano Atlântico, a quase sete mil quilômetros de Paris (UNIÃO EUROPEIA, 2012, p. 28).

Tendo sido uma das possessões coloniais francesas, no dia 19 de março de 1946 ela recebeu o estatuto de Departamento Ultramarino da França (DOM, do francês *Département d’Outre-Mer*), em um processo de descolonização que não significou a ruptura da colônia com a metrópole colonial, mas, inversamente, sua integração ao território francês. Esse mesmo estatuto político-territorial foi assumido ainda por dois de seus vizinhos das Américas – a ilha de Guadalupe, também nas Pequenas Antilhas, e a Guiana Francesa –, além da ilha Reunião, no oceano Índico (LACOSTE, 1985, p. 6); Mayotte, outra ilha do oceano Índico, tornou-se em 2011 o quinto DOM francês, após referendo popular (CARAYOL, 2011).

Segundo a Assembleia Nacional da França afirma em seu *website*, a lei de departamentalização, “*érigeant la Guadeloupe, la Guyane, la Martinique et la Réunion en départements, adoptée à l’unanimité par l’Assemblée nationale*





Mapa 2 - Martinica – localização no arquipélago das Pequenas Antilhas

Fonte: IBGE. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 – adaptado pela autora.  
Disponível em: <[http://1.bp.blogspot.com/-LdhIN6J\\_Vzk/TrG4\\_UpYaBI/AAAAAAAAAJs/nL1OIkSadYE/s1600/Am%25C3%25A9rica+Central+Pol%25C3%25ADtico.jpeg](http://1.bp.blogspot.com/-LdhIN6J_Vzk/TrG4_UpYaBI/AAAAAAAAAJs/nL1OIkSadYE/s1600/Am%25C3%25A9rica+Central+Pol%25C3%25ADtico.jpeg)>. Acesso em: 2 abr. 2013.

Pode soar inusitado que um trabalho brasileiro de geografia urbana proponha desenvolver centralmente uma discussão sobre a Martinica: a ilha não chama muito a atenção pelos fenômenos urbanos, espaciais ou econômicos ali observados, e mesmo questões políticas e culturais de mais expressão que lhe são pertinentes parecem pouco atrair a curiosidade do pensamento brasileiro. Aliás, embora o interesse pelas questões entendidas como “latino-americanas” não suscite espanto no universo acadêmico em que estamos inseridos, deve-se notar a dificuldade em inserir nessa rubrica aspectos concernentes às ex-colônias francesas<sup>2, 3</sup> – ainda que

---

<sup>2</sup> Exceção feita ao Haiti, que no entanto pode passar sem que sua antiga vinculação ao império colonial francês seja sequer lembrada (GIRAULT, 1985, p. 249).

este trabalho não tenha podido se ocupar diretamente da possibilidade de se definir uma América Latina e nela incluir as ilhas francesas do Caribe.

Mas a proposta aqui colocada não se estrutura no sentido de constituir um saber específico sobre um dado lugar, um retrato do lugar, mas de explorar elementos que permitam contribuir com uma discussão pertinente à compreensão do mundo moderno. Propomos observar aspectos da produção do espaço e da vida cotidiana na Martinica, considerando o movimento de generalização do urbano como tendência, ao mesmo tempo em que se estabelece a deterioração do caráter urbano da cidade, esta apropriada pela lógica da mercadoria, com o consequente rebaixamento da própria noção de cidadania e direito à cidade (LEFEBVRE, 1972).

A primeira aproximação com as questões relativas à sociedade martinicana, que está no germe deste trabalho, ocorreu através da literatura, a partir da leitura do romance *Antan d'enfance*<sup>4</sup>, de Patrick Chamoiseau (1996), um dos mais célebres e prolíficos escritores antilhanos. Uma aproximação até certo ponto garantida pela sedução que a obra literária é capaz de exercer. No entanto as reflexões proporcionadas a partir do contato com a geografia, a geografia urbana, com o pensamento crítico sobre a produção do espaço, permitiram (revelaram possível e necessário) buscar ir além dessa sedução. É pela via do pensamento crítico sobre a produção do espaço que se torna possível olhar para uma sociedade e um território que facilmente poderiam aparecer como exótico, distante e peculiar, buscando evitar justamente essa perspectiva.

---

<sup>3</sup> A reflexão sobre os impasses em assumir francamente as ex-colônias francesas como “América Latina” é tocada por Diva Damato (1988, p. 217-218), a propósito da dificuldade de classificação de sua produção literária.

<sup>4</sup> *Tempos de infância*.

Desse modo, a reflexão aqui conduzida procura orientar-se pela perspectiva teórica de uma geografia urbana e um pensamento sobre a cidade e o urbano que veio a se constituir como pensamento crítico sobre o espaço, considerando a noção de produção do espaço, ou seja, uma perspectiva que não deixa de encontrar e buscar compreender os limites civilizatórios de uma cidade que inclui a segregação e a destruição dos modos de vida (DAMIANI, 2008, p. 111-112).

Ao nos aproximar das reflexões empreendidas a respeito da Martinica e seu desenvolvimento histórico e social, encontramos uma bibliografia que fala de uma extensa transformação da ilha a partir da departamentalização, no sentido de uma modernização geral e do reforço da urbanização. Além disso, insiste-se na importância de considerar o estatuto político-territorial, a condição de departamento ultramarino, para compreender as transformações observadas em seu espaço e na vida cotidiana que ali se desenrola a partir da segunda metade do século XX. Assim, haveria uma relação significativa entre urbanização e departamentalização, esta colocada não como marco temporal, mas interpretativo. A perspectiva aqui adotada procura compreender essa relação através da seguinte hipótese: ao estabelecer-se a condição de departamento, inaugura-se um processo de modernização institucional e espacial da ex-colônia que é apresentado pela chave da concessão de direitos aos novos cidadãos; no entanto seus conteúdos apontam outros sentidos, que tocam a realização das necessidades do capital, a transmutação do direito à cidade em direito ao consumo, a generalização de uma ilusão de acesso ao urbano.

As questões aqui desenvolvidas emergiram de uma aproximação lenta e nem sempre sistemática com o tema definido. Nela, texto literário, acadêmico, oficial e experiência de campo foram aos poucos se somando, trazendo elementos que

remetem a diferentes décadas da segunda metade do século XX e início do século XXI. A proposta inicialmente colocada caminhava no sentido de responder como se estabelece, na Martinica, uma urbanização que não corresponderia ao modelo clássico, ou seja, não exatamente vinculada ao desenvolvimento industrial, já que na ilha não se verificam surtos ou um processo de industrialização na segunda metade do século XX, sendo mesmo possível constatar uma retração da atividade industrial (BLÉRALD, 1986, p. 252-254; BENOIST, 1985, 70-71). Essa questão remete à relação entre indústria e urbano, na qual aquela atua como indutora desta (LEFEBVRE, 2000, p. 72), embora tal relação não baste para compreender o fenômeno (LENCIONI, 2008, p. 118-119), sobretudo quando se trata dos territórios na periferia do sistema, aqueles ditos de urbanização tardia e dependente.

Desse modo, através do esforço de buscar uma bibliografia de referência e dados que permitissem um entendimento mais claro do estabelecimento das cidades na ilha e de seu crescimento e expansão a partir da instauração do departamento, tanto de um ponto de vista mais panorâmico e histórico, como também do ponto de vista do delineamento de hipóteses explicativas mais consistentes, foram sendo encontrados limites para o desenvolvimento da proposta que tínhamos em vista, e novas compreensões foram sendo construídas, de maneira que o foco do trabalho acabou por se esclarecer no sentido que agora se apresenta.

Aliás, deve-se observar que grande parte da bibliografia específica a que logo tivemos acesso assume destacadamente os contornos de um debate de âmbito político-cultural. Nossas primeiras referências a respeito da Martinica emanavam da

reflexão sobre a literatura antilhana e a cultura crioula<sup>5</sup>, através dos textos da pesquisadora brasileira Diva Damato (1988, 1995). Procurando uma abordagem que nos esclarecesse a respeito da formação socioespacial martinicana e de suas condições econômicas e sociais, encontramos a obra do cientista político Alain-Philippe Blérald (1986), que trata da história das Antilhas francesas desde o século XVII, empreendendo uma extensa análise econômica para demonstrar que aquilo que o autor identifica como subdesenvolvimento dessa região é resultado de uma crônica dependência externa, instaurada desde o Pacto Colonial, a qual ele julga necessário romper pela independência política. Já o geógrafo Yves Lacoste (1985, p. 3) impulsiona sua reflexão sobre os DOM e os Territórios Ultramarinos (TOM, do francês *Territoire d’Outre-Mer*) identificando e discutindo a agitação independentista que ali observa. O célebre escritor e político martinicano Aimé Césaire (1985) dá um enfoque histórico ao debate em torno da questão da departamentalização, independência e autonomia, defendendo a necessidade de uma descolonização completa, ainda por ser inventada. Ainda no âmbito do debate sobre a departamentalização, o antropólogo Jean Benoist (1985, p. 71-75) propõe um balanço desse processo, apresentando as reivindicações independentista e autonomista como críticas à assimilação realizada com a criação dos DOM, e conclui sugerindo que a possibilidade de dar conta do desenvolvimento original verificado

---

<sup>5</sup> A definição de crioulo remete em princípio a uma língua – e por extensão uma cultura – nova, nascida em determinado local a partir da fusão de elementos de distintas matrizes linguísticas. No contexto martinicano, trata-se da língua ali nascida a partir do contato entre o colonizador europeu, a população caraíba nativa e os africanos trazidos para a ilha como escravos.

Segundo Damato (1995, p. 89-91), o idioma é visto, de modo ambíguo, como língua de dominação, pois o uso do francês era reservado aos *békés*, a elite senhorial branca, sendo o crioulo a língua própria dos escravos; mas também como língua de integração, pois era a primeira língua de contato de todas as crianças, mesmo os filhos dos senhores, que eram criados por suas amas; e ainda como língua de emancipação, pois é com ela que a população antilhana que vai se formando a partir do ato colonial irá construir sua cultura própria, oral.



nas Antilhas talvez esteja na via da cultura, no discurso dos intelectuais, e não dos homens da política.

Embora esse enfoque mais político-cultural não parecesse ser exatamente o necessário aos desvendamentos que pretendíamos empreender, nem responder mais profundamente aos anseios que em seguida se colocaram, essa bibliografia foi capaz de trazer esclarecimentos e despertar inquietações que fizeram mover o trabalho. Ela chama a atenção para o fato de que as dinâmicas da sociedade martinicana devem ser compreendidas não apenas no quadro de uma história colonial, mas a partir do estabelecimento da condição de DOM – ou seja, de um estatuto político particular próprio de territórios que se livraram da condição de colônia sem passar por qualquer processo de independência<sup>6</sup>, tornando-se parte da França. Ela põe em relevo que a condição desses “territórios da União Europeia na América” é ambígua – ao mesmo tempo em que aponta para a descolonização, não aponta para a independência – e traz implicações.

Ao lado dessas obras que procuram tratar da posição da Martinica em uma relação de dependência obscurecida pela departamentalização, encontramos trabalhos dedicados mais especificamente a examinar as dinâmicas espaciais, na Martinica ou no Caribe, seja enfocando o urbano, a questão da terra ou as relações regionais e mesmo internacionais. É o que encontramos, por exemplo, em artigos como os dos geógrafos Michel Desse (1998), Maurice Burac e André Calmont (2000), Francinet Nélide (2000), Henri Godard e Thierry Hartog (2003), ou na

---

<sup>6</sup> No âmbito do império colonial francês, o contraponto que logo se coloca é o Haiti, país que se livrou do estatuto de colônia passando por um genuíno processo revolucionário – sejam quais forem as dificuldades encontradas posteriormente e que se estendem até hoje na forma da miséria generalizada. (GIRAULT, 1985, p. 253-259; LACOSTE, 1985, p. 26)

apresentação da cidade de Fort-de-France, capital martinicana, elaborada por Micheline Marlin-Godier e Camille Darsières (2001). É notável a frequência com que tais trabalhos, como propósito central ou não, tratam de identificar desigualdades e desequilíbrios – desigualdades regionais ou intraurbanas, segregação socioespacial, situações de pobreza e vulnerabilidade social, desequilíbrios na rede urbana –, procurando fazer um diagnóstico e por vezes apontar soluções.

Nesse sentido, e de acordo com os interesses desta dissertação, vale destacar a forte preocupação dedicada àquilo que se chama de “habitat precário” ou “insalubre” na Martinica, em análises que frequentemente adotam uma perspectiva planificadora, de “resolução de problema”, como encontramos nos textos do antropólogo William Rolle (2006) e sobretudo de Serge Letchimy (1992, 2008), que além de geógrafo e urbanista é um proeminente político local<sup>7</sup>.

A constatação de que o mundo se urbaniza com rapidez e extensão inéditas está feita, assim como a de que nesse processo avança a constituição das favelas, das áreas de moradia denominadas informais, clandestinas, dos barracos (DAVIS, 2006, p. 13, 27). Nesse contexto, encontramos na Martinica um pensamento sobre a cidade que revela a perspectiva do desvio a ser corrigido, mais que da compreensão da produção do espaço no mundo capitalista incluindo as contradições que lhe são próprias. Assim, sobressai a preocupação em identificar as dinâmicas socioeconômicas que geram os espaços urbanos “inconsolidados”, “precários” ou “degradados”, a fim de corrigi-las e então oferecer à população uma moradia digna. Essa preocupação com a moradia pode apontar para a constituição do “habitat” em

---

<sup>7</sup> Ex-prefeito de Fort-de-France e atual deputado da Martinica, Letchimy está ligado ao Partido Progressista Martinicano (PPM), que se declara autonomista e inspirado em ideais socialistas.

substituição do “habitar”, ou seja, um processo em que o espaço adquire a função de alojamento e organização da vida privada, em vez de permitir a satisfação do habitante (LEFEBVRE, 1970, p. 159-161).

Além da pesquisa bibliográfica, nossa presença na Martinica foi de grande importância para o desenvolvimento da dissertação, ainda que apenas em dois períodos curtos, em 2007 e 2011, como já mencionado na Apresentação deste trabalho. Parece pertinente afirmar que a realidade das Antilhas francesas é algo bastante distante de nosso universo de conhecimentos, não apenas no nível acadêmico, mas inclusive no do senso comum. Quando nos referimos à Martinica como “ilha do Caribe”, o que isso evoca? Talvez a imagem de praias exuberantes ou a ideia de paraíso fiscal. Se colocarmos o Haiti no campo de relações, talvez possa emergir a imagem da miséria ou da religiosidade sincrética de traços animistas. Quem sabe alguém se lembre da Chiquita Bacana, de nossa marchinha carnavalesca, com sua banana nanica. Essas imagens estereotipadas impregnam nossos olhos de exotismo, ao olhar para um lugar com o qual, no entanto, compartilhamos a história colonial e escravista, as paisagens tropicais, o desenvolvimento dependente...

Observemos algumas cenas vivenciadas na Martinica: percorrendo uma feira de produtores agrícolas em Sainte-Luce, uma pequena cidade do sul da ilha, encontramos um grupo de parisienses fascinados ao degustar um caldo de cana, extraído por um vendedor ambulante em sua barraca; em uma conversa com o encarregado do serviço de informações de Fort-de-France sobre nosso desejo de percorrer alguns bairros de menor interesse turístico na capital, ele nos tranquiliza, esclarecendo que ali não se encontra a violência com a qual convivemos no Brasil, embora haja áreas a se evitar à noite; uma jovem administradora de empresas vinda

do interior da França nos fala de sua afinidade com o clima e o estilo de vida nas Antilhas, contando que por isso decidiu ir trabalhar na Martinica, e pacientemente nos explica, quando perguntamos se havia estudado ali mesmo ou na França, que ali é a França. Essa simples justaposição de cenas é capaz de revelar como a tentativa de aproximação com a Martinica passa por uma sobreposição intrigante de mediações.

Todo esse conjunto de desconhecimento, estereótipos e mediações redobra o valor da oportunidade de nossa presença na Martinica, ainda que por um curto período. Dadas as pequenas dimensões da ilha, foi possível percorrê-la em toda a sua extensão, além de conhecer suas principais cidades, diferentes bairros; conversar tanto com as pessoas em geral, moradores, transeuntes, como também com funcionários públicos e pesquisadores; além de termos sido recebidos por professores da *Université des Antilles et de la Guyane*<sup>8</sup> (UAG).

A partir dos apontamentos colocados, a reflexão aqui desenvolvida organiza-se da seguinte maneira: na seção 2, articulam-se alguns elementos pertinentes à realidade martinicana que permitem refletir sobre a modernidade que traz consigo o estranhamento, anunciando o caráter crítico e contraditório do desenvolvimento que ali se observa; na seção 3, procuram-se apresentar elementos que revelem e contextualizem as transformações socioeconômico-espaciais observadas após a departamentalização, remetendo à formação socioespacial da Martinica; a seção 4 procura discutir aspectos relacionados à modernização e urbanização da ilha através das ideias de necessidades do capital travestidas de demandas sociais, de urbanização como ampliação do mundo da mercadoria e de cidadania absorvida

---

<sup>8</sup> Universidade das Antilhas e Guiana.

pelo direito ao consumo, apontando um acesso ao urbano que se realiza ilusoriamente; por fim tecem-se algumas considerações, procurando encontrar um sentido geral ao conteúdo desenvolvido ao longo deste trabalho, embora sem a pretensão de constituir uma conclusão acabada, que de resto nunca se realiza, dado que o término de uma reflexão contém sempre o germe para o nascimento de outra.

## 2. O ANÚNCIO DA MODERNIDADE: CIDADE E ESTRANHAMENTO

Ao traçar uma história da cidade, Henri Lefebvre (1972, p. 13, 16) pensa o estabelecimento da cidade moderna como uma ruptura em relação a um sistema orgânico e comunitário (que nem por isso deixa de abrigar o conflito), numa tendência de generalização do tecido urbano e, ao mesmo tempo, deterioração do caráter urbano da cidade. Nesse sentido, Ana Fani Carlos (2001, p. 19) fala justamente do estranhamento que marca a relação entre o indivíduo e a metrópole. Já Walter Benjamin (1985) observava, no contexto da Paris do Segundo Império, a estruturação da poesia de Charles Baudelaire em torno das figuras do boêmio, do *flâneur* e do herói moderno, todas guardando com a cidade estreita relação, mas não necessariamente uma identificação, sobretudo no que toca à última – a coerência dessa figura com seu tempo parece estar exatamente em ser, no que concerne à cidade, inseparável porém inconforme. Parece estar nos fundamentos da cidade moderna o não reconhecer-se do habitante na cidade: não apenas esta se transforma rápido demais, como seu sentido se esvazia e escapa àquele.

A via do estranhamento oferece um bom ângulo para retomarmos alguns aspectos desenvolvidos a respeito da produção do espaço na Martinica em outro trabalho (PAULA, 2009)<sup>9</sup>, e propor alguns desdobramentos. O já mencionado

---

<sup>9</sup> Muito do conteúdo desenvolvido nesta seção – e em alguns outros pontos da dissertação – retoma o Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da USP em 2009, embora se pretenda aqui um novo enfoque. Os textos escritos ao longo de um percurso de estudos implicam-se mutuamente, e procurar estabelecer limites estritos a cada um deles parece um exercício de formalismo acadêmico que interessa mais aos escores de publicação que ao processo de reflexão. Feito o esclarecimento, tomamos a liberdade de não insistir na reiteração cansativa da referência.

romance *Antan d'enfance* (CHAMOISEAU, 1996)<sup>10</sup>, por meio do qual se deu nossa primeira aproximação com a Martinica e que foi objeto de análise do referido trabalho, é um livro de memórias de infância, mas que desperta nosso interesse por falar sobretudo de um processo de transformação do espaço e da vida cotidiana, remetendo ao conflito e à contradição nele incluídos, na medida em que apresenta a chegada do novo também como perda – de práticas, de referenciais.

Embora não esteja aqui colocado o propósito de tratar questões mais especificamente literárias, cabe afirmar que assumir a obra literária como uma referência justifica-se quando consideramos a relação que ela guarda com o contexto histórico do qual se origina e com o projeto que comporta, quando a entendemos como produto específico de um momento histórico (CANDIDO, 1975, p. 17). Então é possível considerar seu lugar como elemento do real, surgido do movimento contraditório da sociedade.

*Antan d'enfance* conta as experiências dos primeiros anos de vida de um menino crescendo na Martinica do final dos anos 1950, ou seja, pouco mais de uma década após a departamentalização da ilha, quando ali começavam a se realizar diversas transformações – políticas, institucionais, econômicas – que procuravam concluir a passagem do estatuto de colônia a departamento, pela implementação de serviços administrativos e de atendimento à população, pela construção e modernização da infraestrutura, por mudanças nas relações econômicas, o que passou a significar também um maior poder de atração das cidades e uma maior

---

<sup>10</sup> Também se evitará a aborrecida repetição da referência ao romance analisado, indicando-se, quando necessário, apenas as páginas onde se localizam os trechos citados.

disseminação de um modo de vida urbano (BENOIST, 1985; BLÉRALD, 1986; DAMATO, 1988; DESSE, 1998).

Dessa maneira, o romance apresenta um narrador-personagem que ocupa um lugar intermediário entre o cotidiano que se desintegra sob o avanço do “progresso” e o que começa a substituí-lo, e a partir de suas descobertas de mundo vamos conhecendo seu cotidiano e o espaço onde ele se desenrola. Já em seu prefácio, anuncia-se a atmosfera de transformação e perda que atravessa o livro: aí ele conta sobre o incêndio da casa onde a ação se desenvolve – uma casa “*vieille de toute éternité*”<sup>11</sup> (p. 41), portanto que conserva uma tradição que lhe é bem anterior, da qual, apesar disso, ele também participa, mas que desaparece simbolicamente no incêndio.

A posição desse narrador-personagem na família reforça esse sentido: sendo o caçula – “*le dernier bout de ses [de sua mãe] boyaux*”<sup>12</sup> (p. 23) –, há toda uma vida familiar constituída antes dele, um modo de vida tradicional que ele conhece, embora já participe daquilo que é novo. Por exemplo, ele nos descreve longamente o episódio da montagem do presépio à qual sua irmã Anastasie se dedicava, coisa que acontecera num tempo que lhe é anterior: é uma prática que conhece, embora não a tenha vivido diretamente. Sua infância constitui a ligação entre uma sociedade modernizada no caminho do progresso sob parâmetros europeus, e a sociedade local, gestada a partir da colonização da ilha. É isso que se observa na construção dos personagens da mãe e do pai, ficando o narrador entre elas: a mãe fala crioulo e

---

<sup>11</sup> “velha como a eternidade”.

<sup>12</sup> “o último rebento de suas entranhas”.



canta músicas populares; o pai se preocupa com um francês impecável, recita La Fontaine, escuta música clássica.

Algumas vezes, a consciência do processo de transformação retratado no romance é clara, explícita, declarada. É o que ocorre, por exemplo, quando o narrador fala sobre a medicina crioula, lamentando a perda desse saber. Sua mãe recomenda que ele evite o choque térmico, mas quando apanha um resfriado ela chama o médico – ainda que conheça a medicina tradicional, não se atreve a aplicá-la em seus filhos.

Mas a narrativa apoia-se em todo um conjunto de figuras que evocam essa situação de transição, observada pela chave da perda. Como o carpinteiro e a *pacotilleuse*<sup>13</sup>, personagens que transitam pela casa e encarnam profissões que estão caindo em desuso, apontando a carpintaria como símbolo das profissões em decadência: dois carpinteiros aparecem no romance – um deles se mostra nostálgico, sabendo-se portador de uma arte antiquada, e o outro, o oposto complementar do primeiro, vê no cimento o progresso.

Na luta entre o cimento e a madeira, vemos o moderno e sua ideologia penetrando naquela sociedade, mas também sua recusa, o estranhamento. É assim que este carpinteiro empreende uma tentativa completamente inútil de fazer a apologia do cimento à dona da casa e sua vizinha, recorrendo para isso à história dos três porquinhos:

*Il avait lu dans quelque ouvrage philosophique une affaire de petits cochons et il expliqua à Man Romulus (même pas impressionnée) que le ciment était non seulement porteur d'avenir mais aussi d'un art de vivre. Charpentier par hasard, il était aujourd'hui cimenteur par vocation, c'est-à-dire par sens du*

---

<sup>13</sup> Sacoleira, vendedora de quinquilharias.

*moderne et vision du futur. Et il concluait: Le seul petit cochon qui échappa ainsi du loup fut bâtisseur d'une maison en ciment. Quel loup est-ce là? lui grinça Man Romulus, y'a pas pièce loup ici!... C'était une allégorie, lui répondit-il, tu peux mettre un serpent à la place. Moi, j'ai jamais vu, protesta Man Ninotte, un serpente manger un cochon... Le charpentier, affligé, cessa de discuter avec tant d'ignorance, et sortit son crayon de métier.*<sup>14</sup> (p. 44)

O carpinteiro lê a transformação espacial que observa como modernização na sua positividade, conforme propõe o discurso do Estado e do capital. Essa passagem permite dar, aqui, um salto da obra literária analisada para nossa experiência de campo, e observar a permanência desse discurso positivo da modernidade acompanhando as ações do planejamento. O alibi da modernização é um recurso frequente para legitimar as diversas obras que marcam a paisagem da Martinica, sobretudo de Fort-de-France. Nas duas vezes em que estivemos na cidade, estava em curso um amplo programa dito de renovação urbana, com financiamento da França e da União Europeia, transformando a cidade e pontilhando-a com placas que orgulhosamente apresentavam projetos destinados a “*Améliorer le cadre de vie des habitants de Fort-de-France et de la Martinique*”<sup>15</sup> (FORT-DE-FRANCE, 2010b). É a transformação socioespacial lida como benfeitoria, modernização e, poderíamos dizer, como direito dos martinicanos, tão franceses como os franceses do Velho Mundo.

---

<sup>14</sup> “Ele havia lido em alguma obra filosófica um negócio sobre porquinhos, e explicou a Man Romulus (mesmo que nadinha impressionada) que o cimento era portador não apenas do futuro, mas de uma arte de viver. Carpinteiro por acaso, hoje era pedreiro por vocação, ou seja, por senso do moderno e visão do futuro. E concluiu: O único porquinho que escapou do lobo foi o que construiu uma casa de cimento. *Que lobo é esse?*, chiou Man Romulus, *não tem lobo nenhum aqui!*... *É uma alegoria*, ele respondeu, *pode pôr uma cobra no lugar. Eu nunca vi*, protestou Man Ninotte, *cobra comer porco*... O carpinteiro, aflito, desistiu de discutir com tanta ignorância, e sacou seu lápis de trabalho.”

<sup>15</sup> “Melhorar a vida dos habitantes de Fort-de-France e da Martinica.”



Carolina M. de Paula / out. 2007

Foto 1 - Biblioteca Schœlcher e Place de la Savane, dois importantes pontos históricos do centro de Fort-de-France, em obras



Paulo M. Favero / fev. 2011

Foto 2 - Placa no centro de Fort-de-France, apresentando alguns dos principais alvos do projeto de renovação da cidade

Mas se o recurso ao álbi da modernização em sua positividade é aquele disseminado nesta sociedade, nem por isso ele deixa de encontrar resistências. Na segunda vez em que estivemos na Martinica, fomos recebidos em Fort-de-France por um amigo, Karim, que se dispôs a nos apresentar algumas das áreas em processo de renovação urbana. Embora tenha estudado na França metropolitana, trata-se de um martinicano bastante interessado nas questões políticas e culturais da ilha, defensor da independência; falando a respeito das operações de renovação urbana, ele lamentava a possibilidade de elas acarretarem uma descaracterização do conjunto arquitetônico tradicional da cidade, dependendo de como sejam conduzidas.

Voltando à passagem do romance de que falávamos mais acima, a desastrada apologia da modernização feita pelo carpinteiro deixa revelar que *Antan*

*d'enfance* também não adere à compreensão estritamente positiva desse processo – não se trata de um processo que confere direitos apenas, ele também rouba algo. Por isso o discurso do carpinteiro só poderia aparecer mediado pela ironia. A parábola ou a fábula deveriam ser um modo de tornar compreensíveis, através de uma narrativa de apelo concreto, valores abstratos; mas o nível alegórico da fábula escolhida a torna ridícula para as ouvintes – ambas acham a história completamente descabida e irrelevante, sem nenhuma relação com sua vida –, porque não encontra nenhum estofo em sua realidade: não só os valores propostos lhes são estranhos (o valor do trabalho, da persistência, da disciplina, da acumulação), mas também os elementos figurativos que constroem a narrativa. Cabe dizer que as personagens simplesmente não reconhecem aquele universo fabulado (que de resto não é o seu), e assim a mensagem não se completa. A possibilidade de compreensão da mensagem, nesse caso, corresponderia a um certo nível de alienação ainda não realizado naquelas personagens. Mas que está apontado como tendência.

A decadência da profissão da carpintaria anuncia a decadência da casa de madeira, espaço principal onde a ação se desenrola, muito simbólico, pois abriga a maneira crioula de organizar o espaço, as atividades do cotidiano, as relações sociais e familiares. Ela conhece transformações cíclicas – como a nova pintura a cada ano – mas também transformações lineares, que mudam seus hábitos. É o que se dá com a cozinha, por exemplo. As cozinhas crioulas ficavam do lado de fora, porque os incêndios eram um constante perigo iminente. Há todo um ritual da mãe que vai cozinhar para manter os filhos longe da cozinha e seguros. A chegada do cimento e a racionalidade técnica aplicada à construção e distribuição das moradias fazem com que a peça vá perdendo sua função, e passe a ser usada como galinheiro, chiqueiro...

Embora a criança, ainda muito pequena, tenha seu universo bastante circunscrito à mãe e à casa, ela alcança a rua através de algumas atividades domésticas, que para lá transbordam, revelando uma separação não inteiramente realizada entre o espaço público e o privado – a rua tem um papel de extensão da residência. A mudança na relação do morador com a água é um passo na direção de se concluir essa separação – na passagem da fonte pública à água encanada, dois movimentos se revelam: o de levar as questões da vida cotidiana para o espaço privado da casa, e não mais para o espaço público da rua, e o de incluir cada vez mais elementos na lógica da mercadoria, já que provavelmente a mudança da fonte pública para a água encanada significa começar a pagar pelo serviço de água. Nesse movimento, a lógica do valor passa a prevalecer sobre a lógica do uso (MARX, 1985, p. 45-47; LEFEBVRE, 1972, p. 14).

Mas o garoto ganha definitivamente a rua quando precisa ir ao *marché*<sup>16</sup>, para acompanhar a mãe ou cumprir pequenas tarefas de que ela lhe incumbem. O mercado é uma miríade de objetos (des)organizados e de leis muito bem conhecidas de sua mãe. Ele exige do comprador muito mais que perguntar o preço e pagar (comportamento imputado aos turistas, os estranhos ao lugar): não se pode desbravá-lo sem alguma astúcia e conhecimento local. E o garoto observa, deslumbrado, a mãe em ação, senhora daquele universo. Mas logo surge o *libre-service*<sup>17</sup>, onde as relações são menos íntimas, a caderneta não pode ficar tão pesada, as astúcias já não resolvem, e a mãe se reduz a uma mulher perplexa diante de uma inflexibilidade na qual não vê nenhum sentido.

---

<sup>16</sup> Mercado.

<sup>17</sup> Supermercado.

Ao focar a relação entre o habitante e o mercado, podemos dizer que o romance aponta o desenvolvimento de um cenário hoje facilmente reconhecível: o domínio dos grandes varejistas e a instalação de grandes centros de compras redefinindo não apenas a relação entre o habitante e o mercado, mas a relação entre o habitante e a cidade, ao mesmo tempo em que se constitui uma folclorização do mercado tradicional. É isso que podemos reconhecer na ampla disseminação das redes varejistas francesas Carrefour ou 8 à Huit pelas diversas localidades martinicanas, ou na instalação de grandes centros de compras e lazer nos principais eixos viários da Martinica. Michel Desse (1998, p. 233-234, 239) considera o fato tão importante que, procurando compreender as formas de polarização da ilha, julga útil identificar as zonas de influência dos supermercados e centros comerciais, e chega mesmo a imputar a um determinado centro de compras a capacidade de modificar os fluxos ligados à capital: *“La ‘Galleria’, un hypermarché récent entouré d’une galerie marchande de bon niveau, s’est équipée d’un centre de services médicaux et juridiques qui répond bien [...] à la déconcentration de l’hypercentre”*<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> “La ‘Galleria’, um hipermercado recente cercado por uma galeria comercial de bom nível, equipada com um centro de serviços médicos jurídicos que responde bem [...] à desconcentração do hipercentro”.



Foto 3 - La Galleria, *shopping center* instalado no eixo viário que liga Le Lamentin a Fort-de-France  
Disponível em: <<http://s1249.photobucket.com/user/Chreecoo/media/Galleria2OK.jpg.html>>. Acesso em: 5 maio 2013.

Dirigindo-nos à praça principal de Fort-de-France, descobrimos que hoje uma filial da famosa rede francesa de lojas de departamentos Galeries Lafayette compõe o cenário ao lado da histórica Catedral Saint-Louis. A algumas quadras dali, encontramos um mercado central – o Grand Marché – vastamente dedicado a expor quinquilharias aos turistas, e onde muito do que é vendido vem de fora da Martinica. Já em Pointe du Bout, um badalado balneário da ilha, a arquitetura crioula empresta uma pitada de pitoresco ao Village Créole – um centro comercial que abriga lojas e lanchonetes voltadas para os turistas –, fornecendo não mais que sua fachada.





Carolina M de Paula / out. 2007

Foto 4 - Na praça central de Fort-de-France, a histórica Catedral Saint-Louis (à esquerda) divide as atenções com uma filial da rede francesa de lojas de departamentos Galeries Lafayette (à direita)



Paulo M. Favero / fev. 2011

Foto 5 - Village Créole, centro comercial em Pointe du Bout que abriga lojas e lanchonetes voltadas aos turistas, sob uma fachada que remete à arquitetura crioula

Todos esses elementos remetem a um amplo processo, identificado a partir da departamentalização, não apenas de adequação institucional e econômica da ilha ao novo estatuto, mas de construção de infraestrutura e modernização geral. Procurando estabelecer o contexto para o desenvolvimento de uma literatura



antilhana preocupada com uma identidade ou projeto nacional, Damato (1988, p. 209) aponta ações implementadas pelo governo francês na Martinica após a departamentalização, de modo que, na década de 1970, tinham-se operado

transformações importantes no cotidiano de seus habitantes: auto-estradas, aeroportos, hipermercados, aumento da rede escolar, construção de grandes conjuntos habitacionais, de hotéis de luxo, criação da universidade [...]. As Antilhas entram na era do consumo e sua já pequena produção local desaparece. O resultado é paradoxal: economia de região subdesenvolvida e padrão de vida de país rico.

A grande maioria da população está no setor terciário e se beneficia dos programas sociais franceses.

Isso nos permite dizer que o processo de assimilação política das Antilhas à França ganha concretude através de um remodelamento do espaço a partir dos padrões do mundo ocidental desenvolvido, que muda os hábitos de consumo, a forma de habitar, de se alimentar. Hoje é fácil notar, por exemplo, nas cidades martinicanas, uma forte presença do automóvel, com seus estacionamentos e congestionamentos, e um transporte público pouco organizado, marcado pelos táxis coletivos. Claro que essa presença não é nada fora do comum quando se pensa nas cidades do mundo inteiro. Mas nos parece um elemento sobre o qual vale a pena falar, primeiro porque destoa de uma imagem estereotipada, que se reforça e reproduz até hoje – com fins de turismo, por exemplo – do que seria uma ilha do Caribe. Além disso, porque não é de pouco significado a presença tão forte de um elemento que acabou se constituindo como um símbolo da vida moderna – ela surge como momento desdobrado do processo de transformação socioespacial que já estava sugerido em *Antan d'enfance*.

As cidades que pontilham a Martinica frequentemente apresentam uma organização bastante semelhante de seu centro: é onde se reúnem, em torno da praça, a igreja, a prefeitura, o correio, o estacionamento, além de algum monumento

que não deixe esquecer a vinculação com a pátria francesa. Mas em Fort-de-France esse centro se faz ladear por grandes bulevares, e concentra filiais de redes de *fast-food*, supermercados, grandes livrarias, calçadas de comércio.

Se a Martinica que podemos visitar hoje aparece em cidadezinhas de ruas estreitas e tortuosas, estendendo-se pelos morros até a beira do mar, nas quais paira um certo recato e a presença dos “de fora” é logo notada, ela também se revela em processos que remetem às ações urbanísticas modernas. É o caso do já mencionado projeto de renovação urbana desenvolvido em Fort-de-France: ao implementar a recuperação do conjunto arquitetônico do centro da capital e toda a sua orla, embelezando o grande calçadão que acompanha a baía de Fort-de-France, chamado de Le Malecon, e reorganizando a histórica Place de la Savane, com a expulsão de uma população que utilizava o espaço para atividades consideradas indesejáveis, como a prostituição e o consumo de drogas, a operação não está simplesmente propiciando o usufruto de um espaço bonito e seguro aos turistas e às famílias martinicanas, mas viabilizando novas possibilidades de apropriação da cidade pelos empreendimentos imobiliários. É assim que, justamente na ponta da baía onde termina a área em processo de renovação, erguem-se as obras de um grande empreendimento de luxo, a Tour Pointe Simon, que abriga um centro comercial, escritórios e apartamentos de alto padrão.



Paulo M. Favero / fev. 2011

Foto 6 - Place de la Savane e Le Malecon (calçadão na orla da baía de Fort-de-France) após obras de revitalização; ao fundo, obras do empreendimento de luxo de Pointe Simon, que vem na esteira do projeto de renovação urbana

A conclusão do romance *Antan d'enfance* anuncia cenários e dinâmicas como esses, ao nos mostrar a cidade em seu conjunto, embora ainda irradiada a partir da casa, pela imagem de uma cidade varrida pela modernização:

*Ô mes frères, vous savez cette maison que je ne pourrais décrire [...]. Elle signifiait la misère grise du bois dans un Fort-de-France qui commençait à se bétonner les paupières. [...]*

*Ô mes frères, vous savez, elle meurt dans ses poussières. [...] Le couloir est devenu étroit et un entrepôt l'a réduit de trois quarts. La cour aussi a été réduite, elle semble n'avoir jamais connu de cuisines ni porté de bassins.<sup>19</sup>*  
(p. 185-186)

---

<sup>19</sup> “Ô meus irmãos, vocês conhecem essa casa que eu não seria capaz descrever [...]. Ela significava a miséria cinzenta da madeira em uma Fort-de-France que começava a cimentar suas pálpebras. [...] Ô meus irmãos, vocês sabem, ela morre em suas poeiras. [...] O corredor ficou estreito, e um armazém a reduziu em três quartos. O quintal também foi reduzido, e parece nunca ter conhecido cozinhas ou abrigado tanques.”

A imagem da casa sendo sufocada pela cidade que se enche de concreto não deixa dúvida de que o processo é percebido em sua dimensão violenta.

Ainda pela literatura é possível alcançar o reordenamento do espaço na forma do urbanismo moderno, a operação urbana, e mais uma vez o estranhamento (ao menos de início). Em *Texaco* – outro romance de Chamoiseau (1992), que trata de uma operação urbana realizada na década de 1980 no famoso bairro martinicano que dá nome ao livro, contando sua história desde a formação como periferia inconsolidada de Fort-de-France até o processo de reordenamento ali implementado –, assistimos ao conflito entre o urbanista, recebido como um demolidor, e uma população que não reconhece sua lógica. Mas o urbanismo saberá encontrar ali seu caminho, e a última “era” da história martinicana será denominada “*Temps béton*”<sup>20</sup> (CHAMOISEAU, 1992, p. 15).



Carolina M de Paula / fev. 2011

Foto 7 - Texaco, bairro martinicano que sofreu uma operação urbanística celebrizada em romance de Patrick Chamoiseau

---

<sup>20</sup> Tempo do concreto.

### 3. DEPARTAMENTALIZAÇÃO: O ESTATUTO POLÍTICO E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA

Já foi dito que o estabelecimento da Martinica como departamento da França, em 1946, abriu na ilha um período de transformações extensas e em diversos níveis. Segundo Jean Benoist (1985, p. 69-72), desencadeou-se a partir de então um incremento nunca visto da circulação monetária, o abalo das estruturas agrárias, e mudanças sociais que atingiram desde a educação até as tendências demográficas e os fluxos migratórios. Blérald (1986, p. 238-239) destaca o aumento dos rendimentos, acompanhado da ampliação do mercado de consumo, da mudança da estrutura de consumo e de uma “*urbanisation forcenée qui fait que la société antillaise est passée d’une dominante rurale à une dominante urbaine.*”<sup>21</sup> Para Desse (1998, p. 223), a departamentalização das colônias francesas insulares significou a passagem da primazia da *plantation* – como organizadora do espaço, da economia e da vida social – para suas cidades, que passaram a exibir os mais diversos equipamentos.

Essas colocações permitem afirmar que a departamentalização não pode ser compreendida apenas como uma assimilação ou integração política: ela ganha concretude remodelando o espaço a partir de padrões do mundo ocidental desenvolvido, e atingindo de maneira profunda a vida cotidiana. Assim, esta seção dedica-se a observar esses processos e procurar compreender seu sentido, tanto

---

<sup>21</sup> “[...] urbanização furiosa que fez com que a sociedade antilhana passasse de uma dominante rural a uma dominante urbana.”

pelo recurso a autores que trazem informações e interpretações relativas a esse movimento e colocam elementos pertinentes à formação socioespacial da Martinica, como também pela reflexão a partir de elementos observados em nossas experiências de campo.

### **3.1 DE COLÔNIA A DEPARTAMENTO ULTRAMARINO**

A história da Martinica inscreve-se na história da expansão ultramarina do capital comercial francês e europeu, que veio a constituir os grandes impérios coloniais modernos. Assim, é no contexto de uma empresa colonial impulsionada pelo desenvolvimento do comércio internacional que, em 1635, a França ocupa as ilhas de Martinica e Guadalupe (BLÉRALD, 1986, p. 11).

Yves Lacoste (1985, p. 14-15), procurando constituir uma visão de conjunto das diferentes formações sociais dos territórios sob domínio francês, propõe a distinção esquemática entre uma formação francesa continental; uma corsa ou mediterrânea; outra oceânica, marcada pela larga presença de população autóctone e pela persistência da sua cultura e estruturas sociais; e finalmente uma formação crioula, na qual se inclui a Martinica. Os territórios de formação crioula seriam marcados basicamente pela presença de uma população constituída a partir da transplantação de plantadores brancos europeus e escravos negros africanos, após a dizimação dos habitantes nativos; pela ausência de estruturas verdadeiramente tradicionais, autóctones; e por uma formação social até hoje profundamente marcada pela herança do sistema escravista, abolido em 1848.

Adotando esse mesmo entendimento, Jean Benoist (1985, p. 55) afirma que as ilhas crioulas – Martinica, Guadalupe, Reunião e Maurício (ilha do oceano Índico que esteve sob domínio francês por um curto período e hoje é um país independente) – apresentam a particularidade não apenas de terem sido *profundamente afetadas* pela colonização, mas de terem *nascido* da colonização, já que eram ilhas desertas antes da chegada do colonizador europeu (caso das duas últimas, na costa africana) ou cuja população nativa foi dizimada no processo de colonização (caso das Antilhas), tendo sido povoadas e socialmente estruturadas em acordo direto com os objetivos da exploração colonial realizada pelas potências europeias.

Essa é uma posição compartilhada por outros autores que buscam compreender as raízes e particularidades da situação antilhana atual. Alain-Philippe Blérald (1986, p. 24, 10) afirma que a integração das Antilhas ao sistema colonial significou a desestruturação da formação econômico-social pré-colombiana – pela dizimação da população indígena –, dado que seus fundamentos não convergiam para o estabelecimento do sistema de *plantation* escravista que se desejava implementar. E coloca o ato colonial como o fundamento mais central da história antilhana: “*La colonisation de la Guadeloupe et de la Martinique par les Français [...] constitue [...] le fait majeur et le fondement de leur histoire moderne e contemporaine*”<sup>22</sup>.

É ainda Blérald (1986, p. 14-15) que expõe a organização do sistema colonial mercantil através do chamado Pacto Colonial como simples submissão de uma parte

---

<sup>22</sup> “A colonização de Guadalupe e da Martinica pelos franceses [...] constitui [...] o fato mais importante e o fundamento de sua história moderna e contemporânea.”

a outra, de modo que as Antilhas ocupam uma irremediável posição de dependência em relação à metrópole. E Benoist (1985, p. 56) observa que a partir daí se constituem verdadeiras “sociedades do açúcar”, sob uma clara lógica de dependência externa:

*Née de l'impulsion d'une métropole où elle puise ses capitaux et trouve ses débouchés, la plantation sucrière intègre en elle-même une économie, un système agraire et un système social, tous placés dans la dépendance de la société extérieure qui domine politiquement le territoire où elle prend place.*<sup>23</sup>

Desse modo, a sociedade que se desenvolve a partir desses fundamentos chega ao século XX ainda baseada na economia açucareira, polarizada entre grandes proprietários e massas rurais que realizam pequenas produções de subsistência e pequenos trabalhos, e marcada pelas desigualdades sociais, uma desigualdade de classe acrescida e aprofundada pela discriminação racial (BENOIST, 1985, p. 57, 68). O geógrafo martinicano Maurice Burac (2000, p. 9) observa que o acesso à terra também carrega as marcas de uma sociedade de fundamento escravista: evidentemente, o sistema colonial incluía o monopólio do colono francês sobre a terra, e a abolição da escravatura não proporcionou aos libertos nenhuma reparação ou direito nesse sentido, ainda que aos poucos se possa verificar a aquisição de terras por ex-escravos através da compra, após longas economias.

---

<sup>23</sup> “Nascida do impulso de uma metrópole de onde extrai seus capitais e encontra seus mercados consumidores, a fazenda açucareira integra em si uma economia, um sistema agrário e um sistema social, todos sob a dependência da sociedade exterior que domina politicamente o território em que ela se localiza.”



Assim, Benoist (1985, p. 68-69) descreve um quadro no qual, em meados do século XX, a situação da Martinica – uma economia de *plantation* madura – incluía a manutenção do arcaísmo das relações de trabalho e sociais pela classe dominante dos plantadores, que buscava evitar qualquer desenvolvimento que pudesse ameaçá-la; ao passo que em Guadalupe e Reunião observava-se o desenvolvimento de uma estrutura socioeconômica mais eficiente, sob a influência do capitalismo industrial e da metrópole, e de relações de trabalho menos paternalistas, derivando na constituição bem mais significativa, nestas ilhas, de movimentos sindicais e políticos fundados nas oposições de classe.

O autor julga importante considerar esse quadro – tendo em vista as críticas que possam ser feitas à departamentalização como forma de assimilação cultural e dominação política, as ambiguidades que ela carrega e as agitações pela independência ou autonomia dos DOM/TOM – para compreender por que, em dado momento, a departamentalização foi vislumbrada como uma estratégia para se chegar a uma sociedade menos desigual, como a melhor forma de contar com o apoio da metrópole contra a oligarquia local. Essa é também a posição assumida por Aimé Césaire (1985, p. 92): para ele, a reivindicação departamentalista pareceu o melhor recurso, em um dado momento da história martinicana, embora deva ser submetida a avaliação, já que, segundo ele, não nos devemos deixar fascinar por nenhuma forma política ou jurídica.

É desse modo que, tendo inclusive lutado ao lado dos franceses na Primeira Guerra Mundial e junto às forças da França Livre na Segunda Guerra, os martinicanos passam a reivindicar como um direito a transformação da ilha em departamento francês – reivindicação que chega a ser tratada como um combate

(vitorioso, afinal...), liderado no nível da política institucional por Césaire (GOUTIER, 2008a, p. 51).

Parece-nos bastante ideológico aderir à concepção da departamentalização simplesmente como conquista popular, e acreditar na efetividade da política institucional para realizá-la. A evolução do estatuto da Martinica de colônia a departamento ultramarino da França não é um processo isolado, mas insere-se no quadro do desmantelamento dos impérios europeus no século XX, que está vinculado a uma internacionalização do capital. Nas palavras de Blérald (1985, p. 151):

*Le procès de internationalisation du capital provoquera l'éclatement des empires coloniaux [...] et imposera [...] une division internationale du travail aux caractéristiques renouvelées entre pays capitalistes dominants et pays capitalistes dominés. [...]*

*Pour la Guadeloupe et la Martinique, cette phase signifiera, avant tout, intégration plus poussée à l'économie mondiale capitaliste, abandon graduel des procédés protectionnistes de type impérial et subordination croissante aux contraintes de la concurrence internationale.<sup>24</sup>*

Assim, em 1946, *“les colonies insulaires ont le statut soit de département d'outre-mer (DOM), soit de territoire d'outre-mer (TOM), où le régime juridique et politique est devenu, pour l'essentiel, le même qu'en métropole, et où tous les habitants [...] sont [...] des citoyens français [...]”*<sup>25</sup> – distinguindo-se os DOM como

---

<sup>24</sup> “O processo de internacionalização do capital provocará o colapso dos impérios coloniais [...] e imporá [...] uma divisão internacional do trabalho de características renovadas entre países capitalistas dominantes e países capitalistas dominados. [...]

Para Guadalupe e Martinica, essa fase significará, acima de tudo, uma maior integração com a economia mundial capitalista, abandono gradual dos procedimentos protecionistas de tipo imperial e subordinação crescente às imposições da concorrência internacional.”

<sup>25</sup> “[...] as colônias insulares têm o estatuto de Departamento Ultramarino (DOM) ou de Território Ultramarino (TOM), segundo o qual seu regime jurídico e político torna-se, no essencial, o mesmo da metrópole, e todos os habitantes [...] são [...] cidadãos franceses”

as colônias mais antigas (as chamadas “ilhas do açúcar”), onde em princípio todo mundo fala francês, e que passam a ter uma organização idêntica à de qualquer departamento francês, e os TOM como as colônias conquistadas no século XIX, onde persistem culturas autóctones, e que passam a ter uma assembleia local e um dirigente nomeado pela França (LACOSTE, 1985, p. 6).

### **3.2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICO-ESPACIAIS**

É generalizada a concepção de que a mudança do estatuto político da Martinica (e outras ex-colônias francesas) foi acompanhada por extensas reformas sociais, sobretudo a partir dos anos 1960. Lacoste (1985, p. 7-8) observa que, em decorrência dos investimentos e transferências orçamentárias da França para suas ex-colônias recém-integradas, estas passam por diversas medidas que impactam as condições de vida de suas populações: empreende-se um sério combate ao analfabetismo, com a generalização do ensino público; elevam-se as condições de vida, trabalho e consumo; atinge-se uma importante diminuição da mortalidade; além de se verificar um aumento da mobilidade populacional entre os DOM/TOM e a metrópole.

Benoist (1985, p. 60-72) também enumera importantes transformações em diversos setores da vida social, destacando principalmente o enorme incremento da circulação monetária e das possibilidades de consumo nas ilhas da Martinica, Guadalupe, Reunião e Maurício: com a instalação de um grande aparelho administrativo e imensas transferências orçamentárias da metrópole, multiplicam-se

os empregos e investimentos públicos, os salários sobem, a atração de funcionários e membros de profissões liberais e comerciais dá um salto, e observa-se uma abundância nunca vista de bens de consumo. Mas o autor fala ainda de um abalo das estruturas agrárias, da generalização do ensino, da transição demográfica, e da aceleração dos fluxos migratórios em direção à França metropolitana, enquanto as próprias Antilhas passam a atrair migrantes dos territórios vizinhos menos favorecidos.

Essa questão dos fluxos migratórios pode ser bastante reveladora de questões implicadas na relação entre a Martinica tornada departamento, sua antiga metrópole e seu entorno. No âmbito da relação França-Martinica, podemos conversar, quando estivemos na ilha, com várias pessoas que haviam nascido ali e ido trabalhar ou estudar na metrópole, e às vezes o oposto. É interessante como nessas conversas emergem as ambiguidades presentes em uma relação obscurecida de dependência. É comum ouvir que é preciso sair da Martinica para se preparar para certas carreiras, como aquelas ligadas à administração, relações exteriores ou *marketing*; ao passo que a justificativa de quem faz o trajeto inverso é a da busca de um outro “estilo de vida”, não de uma formação ou desenvolvimento profissional específico. Se aqueles que optam por sair da França metropolitana e se estabelecer nas Antilhas imputam ao clima e à vida tranquila sua motivação, os que deixam a Martinica em busca de oportunidades do outro lado do Atlântico ressentem-se do clima e por vezes do preconceito, desejam se aposentar e fazer o caminho de volta.

Assim, é pertinente afirmar que a departamentalização repõe, de maneira renovada, a relação França-Martinica como uma relação centro-periferia. No entanto, se voltarmos os olhos para a migração de âmbito regional, na qual a ilha

assume a posição de polo de atração, emerge a importância de entender a relação centro-periferia a partir da consideração da forma da centralidade, com sua complexidade e desdobramentos:

A noção de centralidade e de periferia se torna de uma importância capital e deve ser tomada de maneira extremamente diversificada, isto não quer dizer que o único centro está em Paris e que as periferias vão até o Senegal. Não, há diversificação dos centros, multiplicação dos centros, e sua diferenciação é um fenômeno [...] mas também a diferenciação das periferias que são desigualmente desenvolvidas, que são diversificadas elas também nas suas relações com o centro. [...]

[...] Os centros são diversificados e as periferias igualmente. [...]

Há centralidades subordinadas. (LEFEBVRE, 1988, p. 63)

No âmbito da bacia do Caribe, o perceptível contraste entre as condições de vida dos diferentes territórios (GODARD; HARTOG, 2003, p. 3-4) reposiciona a Martinica como centralidade, em uma situação que já sugere preocupações quanto à implementação institucional de mecanismos de abertura da circulação de cidadãos no Caribe (GRANDMAISON, 2008, p. 57). Isso permite encontrar, por exemplo, em Fort-de-France, espaços marcados pela presença de imigrantes, sobretudo haitianos e dominicanos. A professora Lorène Labridy, ligada à UAG, que nos recebeu na universidade em 2007, conta que suas pesquisas na área da sociolinguística revelam uma estigmatização tanto da língua como do espaço marcado pela presença dos imigrantes haitianos, os quais não chegam à Martinica em condições de disputar postos de trabalho com os próprios martinicanos, mas prontos a aceitar as posições consideradas inferiores. Já a migração proveniente da República Dominicana é reconhecida pelos martinicanos em geral como eminentemente ligada à prostituição, segundo relato de Karim em 2011, e diversas áreas do centro de Fort-de-France consideradas desagradáveis para se morar são ocupadas pelos imigrantes dominicanos.

Também Blérald (1986, p. 237-265) ocupou-se de identificar e analisar as transformações socioeconômico-espaciais observadas na Martinica a partir da departamentalização, e destaca que elas atingem tanto o modo de vida como o setor produtivo, incluindo as formas de mobilização da força de trabalho. Um dos elementos enfatizados por ele é a generalização do consumo de massa para as camadas populares – segundo o autor, nas três décadas seguintes à departamentalização verifica-se nas Antilhas uma importante mudança tocando três pontos: o aumento dos rendimentos salariais; a ampliação do mercado consumidor, com um aumento espantoso no volume de consumo, tendo seu crescimento superado mesmo o do Produto Interno Bruto (PIB) local; e a modificação da estrutura de consumo, destacando-se o aumento, em volume e extensão social, do consumo de bens duráveis e serviços:

*Dorénavant, automobiles, réfrigérateurs, radios, TV, chaînes hi-fi et autres appareils plus ou moins sophistiqués de la panoplie électro-ménagère, toutes ces marchandises-étalon du "bien-être" capitaliste font partie des normes de consommation sociales des travailleurs en activité et se voient érigées, dans le discours officiel, en autant de référents de l'augmentation du "niveau de vie" des populations [...] Cette recomposition de la consommation populaire, qui s'est faite à l'avantage des biens de consommation durables et des services, s'accompagne d'une métamorphose aussi bien des habitudes consommatrices que du mode de vie proprement dit.*<sup>26</sup> (BLÉRALD, 1986, p. 239)

Outro aspecto importante nesse quadro é a expansão e aceleração do processo de urbanização, instaurando-se nas Antilhas a predominância do urbano

---

<sup>26</sup> “Desse momento em diante, automóveis, refrigeradores, rádios, TV, aparelhos de som e outros aparelhos mais ou menos sofisticados do arsenal eletrodoméstico, todas essas mercadorias-padrão do ‘bem-estar’ capitalista passam a fazer parte das normas de consumo sociais dos trabalhadores em atividade, sendo erigidas, no discurso oficial, em referencial do aumento do ‘nível de vida’ das populações [...] Essa recomposição do consumo popular, feita em benefício dos bens de consumo duráveis e dos serviços, vem acompanhada de uma metamorfose tanto dos hábitos de consumo como do modo de vida propriamente dito.”

sobre o rural – a expansão urbana significa um decréscimo da produção doméstica de subsistência e, com a dominação simbólica do campo pela cidade, alimenta ainda mais o êxodo rural (BLÉRALD, 1986, p. 239-240).

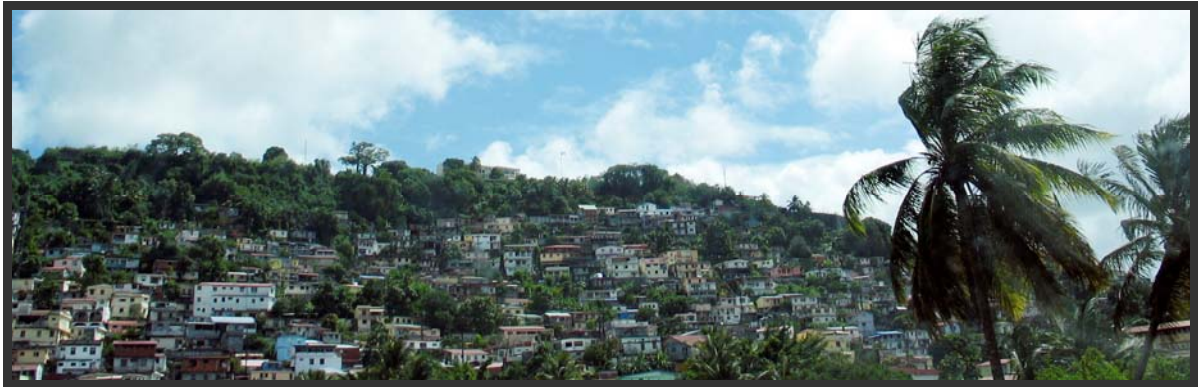
O entendimento de alguns autores sobre a evolução da questão da terra na Martinica remete justamente à importância dessa expansão urbana. Maurice Burac (2000, p. 9) afirma que a crise do setor açucareiro em meados do século XX atingiu todo o conjunto da atividade agrícola, trazendo a degradação, ao longo da segunda metade do século, de uma classe de pequenos proprietários rurais que tinha podido se constituir lentamente após a abolição da escravatura, o que volta a acirrar a luta pela terra – porém agora com um dado novo: com o crescimento demográfico, as transformações sociais trazidas pela departamentalização, o êxodo rural e a crise da moradia, a luta pela terra assume também o caráter de busca por terreno a ser construído, na cidade (BURAC, 2000, p. 10). Desse modo, parece que a “questão da terra” não se resolve como “questão rural”, e no final do século XX cresce a reivindicação por “*politiques foncières plus hardies, de nature [...] à favoriser le développement économique et social, notamment la politique du logement.*”<sup>27</sup> (BURAC; CALMON, 2000, p. 16). Francinet Nélide (2000, p. 168-170) também percorre esse mesmo processo, observando sua relação com o êxodo rural e a formação dos *bidonvilles*<sup>28</sup> de Fort-de-France, destacando que no final do século XX identifica-se uma grande demanda por terreno a ser construído.

---

<sup>27</sup> “políticas fundiárias mais ousadas, de modo [...] a favorecer o desenvolvimento econômico e social, sobretudo a política de moradia.”

<sup>28</sup> Favelas.

Essa não é uma questão resolvida. Áreas como Trénelle ou Vieux-Pont – em Fort-de-France e Le Lamentin, municípios que constituem uma conurbação na área mais urbanizada da ilha – continuam exibindo condições de pobreza e insalubridade identificadas pelo urbanismo oficial como problemas a serem superados.



Paulo M. Favero/fev. 2011

Foto 8 - Vista para a favela de Trénelle, que se estende morro acima, em Fort-de-France

Em Le Lamentin fomos recebidos por uma funcionária da *Société d'Economie Mixte d'Aménagement de la Ville du Lamentin*<sup>29</sup> (Semavil), que cuida da assistência social implicada em projetos de planejamento urbano. Conversando conosco sobre a questão, ela afirma que a moradia é um problema persistente na Martinica. E conta que a área de Vieux-Pont – uma ocupação de terreno público litorâneo destinado à preservação, em Le Lamentin –, além das condições de pobreza e precariedade das habitações, tornou-se reconhecida e estigmatizada sobretudo como um centro de uso e tráfico de entorpecentes, tendo sido já submetida a um programa municipal de desocupação; mas o processo de desocupação não está completo. Ela lamenta a dificuldade de convencer as pessoas a saírem do local e, embora não se aprofunde

---

<sup>29</sup> Sociedade de Economia Mista de Planejamento da Cidade de Le Lamentin.



nas razões disso, menciona o fato de as pessoas serem deslocadas para longe e de sofrerem discriminação nas áreas onde são realojadas.

Fomos desencorajados a visitar Vieux-Pont, ainda reconhecido como um local hostil e perigoso. Mas decidimos ir até a área, e conseguimos conversar com algumas pessoas, que geralmente repunham aquilo que já havíamos ouvido na Semavil. Um senhor ficou bastante desconfiado quando paramos para perguntar onde exatamente era Vieux-Pont, dando a entender que não havia nada a fazer lá para gente de bem, e só se desarmou quando entendeu que éramos pesquisadores e estávamos interessados em conhecer a Martinica para um trabalho de geografia. Então explicou que Vieux-Pont não era ali, não – era do outro lado da rua...



Carolina M. de Paula/fev. 2011

Foto 9 - Vieux-Pont, área de ocupação irregular que já passou por um programa de desocupação

Em um estudo dedicado a compreender a hierarquia urbana estabelecida em Guadalupe, Martinica e Reunião, Michel Desse (1998, p. 223-224) remonta ao momento da departamentalização dessas ex-colônias para observar que, diante daquilo que se reconhecia como um amplo atraso social e econômico desses

territórios de origem colonial, logo se procedeu ao desenvolvimento de equipamento administrativo, serviços e infraestrutura de transporte, em uma política dita de recuperação, que ele considera estar na origem da forte concentração populacional, econômica e de serviços nas cidades principais de cada ilha, formando-se assim metrópoles insulares, em um demarcado fenômeno de macrocefalia da rede urbana. Para o autor, trata-se de um desequilíbrio gerado pela reiteração, no ultramar, de dinâmicas espaciais da França metropolitana, a partir da implementação de infraestruturas de nivelamento, em uma circunstância de dependência (DESSE, 1998, p. 244).

Assim, desde o fim da década de 1950 as capitais insulares enfrentam o afluxo de população oriunda do êxodo rural, e o alojamento coletivo é a resposta oferecida para o habitat insalubre, frequentemente em áreas de periferia, em programas que continuam a se estender, tanto em Fort-de-France como Le Lamentin, sendo notável a proliferação e importância de projetos imobiliários em todos os municípios mais dinâmicos, a partir da década de 1980 (DESSE, 1998, p. 225-226).

Segundo dados da prefeitura de Fort-de-France (2010a), a capital da Martinica inicia o século XXI com cerca de cem mil habitantes (pouco mais de um quarto da população total da ilha), constituindo uma conurbação com Schœlcher e Le Lamentin que contabiliza cerca de 160 mil pessoas. Enquanto Schœlcher abriga a UAG, Le Lamentin é um importante centro com serviços, escritórios e um comércio mais diversificado, e ali se localiza também o Aeroporto Internacional Aimé Césaire.



Mapa 3 - Martinica – municípios e rede viária; em destaque, conurbação incluindo Fort-de-France, Schœlcher e Le Lamentin

Fonte: **Le guide du routard**. Meudon: Hachette, 2008. Disponível em: <<http://monsejourmq.over-blog.com/article-7083949.html>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

Serge Letchimy (1992, p. 16), com o objetivo de tratar da formação dos bairros populares<sup>30</sup> na Martinica, remonta às dinâmicas de formação das cidades, do

<sup>30</sup> Este é o termo utilizado pelo autor, embora nos pareça difícil entender essas aglomerações urbanas ou periurbanas marcadas pelo imprevisto, pobreza e precariedade a partir da noção de bairro, que implica uma “unidade orgânica”, comunitária, de “enraizamentos profundos” (SEABRA, 2008, p. 137). Tanto os desenvolvimentos apresentados por Letchimy (1992) sobre Volga-Plage como as colocações de Rolle (2006) a respeito de Vieux-Pont, neste de maneira mais acentuada que

campo e da mão de obra livre na ilha, remontando ao apogeu da cidade de Saint-Pierre: esta seria uma prefiguração do urbano, exibindo ícones do moderno; após a catástrofe vulcânica que arrasou a cidade em 1902<sup>31</sup>, há uma distribuição de terras em parcelas familiares, que com o passar do tempo, no entanto, revelam-se insuficientes para a família, iniciando-se assim um movimento migratório em direção às cidades – movimento que corresponde à formação de uma mão de obra proletária. Porém o autor também reconhece no período pós-departmentalização um salto da expansão das cidades e do processo de urbanização: “*C’est autour des années 1950, que s’est accéléré l’exode rural, qui est à l’origine du peuplement rapide de la ville de Fort-de-France.*”<sup>32</sup> – com um incremento de 67% na população da capital entre 1954 e 1969 (LETCHIMY, 1992, p. 17). A partir das transformações espaciais e sociais desencadeadas pela departmentalização, observa-se uma migração dos capitais para a cidade e um desequilíbrio dos grupos sociais – assim, muitos irão buscar na cidade as oportunidades trazidas pelas novas circunstâncias sociopolíticas (LETCHIMY, 1992, p. 18).

As questões colocadas pelas dinâmicas do espaço urbano na Martinica nas últimas décadas do século XX levam o autor a considerá-la em linha com a questão urbana mundial – que ele reconhece ganhar tamanha importância a ponto de promover uma reorientação de conceitos e métodos de pesquisa, além de destacar o problema da gestão urbana, que ganha especial relevo ao ter de enfrentar a

---

naquele, apontam para um deperecimento das condições comunitárias e do reconhecimento a partir da vinculação a essas áreas, revelando mais as condições críticas dessa urbanização do que a possibilidade histórica da constituição de verdadeiros bairros.

<sup>31</sup> Saint-Pierre, então a mais importante cidade da Martinica, foi completamente destruída pela erupção vulcânica da Montagne Pelée, em 1902 (ZANANAS, 2002).

<sup>32</sup> “É por volta de 1950 que se acelera o êxodo rural, o que está na origem do povoamento rápido da cidade de Fort-de-France.”

superurbanização do Terceiro Mundo, cujo “*champ culturel d’appropriation de l’espace, de l’habitat et de l’habiter se distinguent du standard classique occidental.*”<sup>33</sup> (LETCIMY, 1992, p. 12).

Apesar desse esforço de modernização sociopolítica e da expansão da urbanização que se verificam na segunda metade do século XX, é uma consideração comum entre os autores consultados a de que a Martinica não passa por um correspondente incremento produtivo. Benoist (1985, p. 70-71) afirma que o crescimento do funcionalismo e a abundância de bens de consumo não estão apoiados no desenvolvimento do setor produtivo, mas nos repasses orçamentários da metrópole – os quais não derivam num impulso dos setores produtivos, pelo contrário: chega-se mesmo a se falar em um desmonte da produção local, decaindo a produção ligada aos gêneros tropicais.

A partir da análise de dados relativos à distribuição intersetorial da população economicamente ativa, Blérald (1986, p. 252) mostra uma reorientação da atividade econômica nas Antilhas e uma modificação de sua estrutura de mão de obra, identificando: uma contração do setor primário, com a regressão da atividade agrícola; uma estagnação do setor secundário, com a retração da agroindústria de exportação (como as destilarias de rum ou as usinas de açúcar), em uma situação na qual bloqueios estruturais à industrialização fazem com que a atividade a responder majoritariamente pelo setor secundário seja a construção civil; um inflamento do setor terciário, devido sobretudo aos efetivos da administração pública e à extensão da valorização do capital pelo setor de comércio e serviços. Para o

---

<sup>33</sup> “[...] campo cultural de apropriação do espaço, do habitat e do habitar distinguem-se do padrão clássico ocidental.”

autor, a especialização produtiva antilhana instaurada a partir da colonização – complementar, não concorrencial em relação à metrópole – traz desde as origens da formação socioeconômica desses territórios o entrave de sua industrialização (BLÉRALD, 1986, p. 23-24).

Essas leituras permitem a interpretação de que, preocupados em identificar e superar as condições da dependência e do atraso que observam na Martinica, esses autores acabam encarando elementos próprios da realidade socioespacial com a qual estão lidando como deficiências ou desvios a serem corrigidos. Assim, identifica-se uma “superurbanização” que deriva de uma má gestão urbana e põe desafios a ela (LETCHIMY, 1992, p. 12), além de uma “macrocefalia” resultante, ao fim e ao cabo, da situação de dependência (DESSE, 1998, p. 244); critica-se a constituição de um setor produtivo “desequilibrado”, com “estagnação” da atividade secundária e “inflamento” da atividade terciária, lamentando-se um secundário concentrado na construção civil, e não na indústria (BLÉRALD, 1986, p. 252).

Parece pertinente dizer que, no afã de compreender um desenvolvimento supostamente *deficiente* e encontrar o caminho para sua correção, a análise obscurece o caráter *contraditório* inerente ao desenvolvimento capitalista. Se a construção civil começa a destacar-se na composição da atividade econômica martinicana, em vez de revelar um setor produtivo desequilibrado ou um declínio da produção, isso pode apontar a reorientação da produção para o imobiliário, no âmbito da tendência de generalização da transformação do espaço em mercadoria (CARLOS, 2002). Se a urbanização se realiza absorvendo parte da população apenas pela constituição de aglomerações periféricas sem equipamento urbano que proporcionam uma vida cotidiana precária, isso pode, em vez de revelar uma superurbanização derivada de um mau planejamento, ou da ausência dele, apontar

para uma urbanização derivada de bases de produção e reprodução sociais que não permitem o urbano para todos (DAMIANI, 2000, p. 30).

Mas o fato é que essa é uma perspectiva recorrente no discurso sobre a Martinica, e já no século XXI o descompasso entre o equipamento social e a produção econômica da ilha continua atraindo atenção:

Quanto à economia, a Martinica é um país de paradoxos. Comparando com os outros países caribenhos, em termos de nível de equipamento sanitário, escolar, universitário, ou de infra-estruturas, trata-se de um país desenvolvido, se não considerarmos outros índices. Regista-se, porém, uma taxa de desemprego crônica de 23% na Martinica contra 10% na Jamaica. 47% dos jovens de idade inferior a 27 anos estão desempregados contra 8% em França. [...] A Martinica produz apenas 10 a 15% do que consome. [...]

É preciso instalar, paralelamente à democracia social, uma democracia econômica para prosseguir a luta pela emancipação. [...] para proteger a produção local. (LETCIMY, 2008, p. 53)

A Martinica sempre conheceu um regime econômico selado pelo Pacto Colonial [...] à custa de um verdadeiro desenvolvimento. Actualmente verifica-se uma degradação constante do sector agrícola, que tem dificuldades estruturais. É preciso reduzir uma importação galopante. De momento a Martinica é uma terra de consumo. Mesmo os legumes, que podiam ser produzidos localmente, são importados em 61% das necessidades. [...]

A Martinica está equipada, podendo dizer-se ordenada (aeroportos, portos, hospitais, estradas...). A Europa apoiou a agricultura de exportação, a implantação das normas nas explorações, a irrigação e compensou em parte as desvantagens estruturais com a disponibilização de fundos europeus. (GRANDMAISON, 2008, p. 57)

Pensamos ter conseguido expor, até aqui, elementos que revelam um importante movimento de transformação socioespacial na Martinica, a partir da metade do século XX. Ele toca a expansão da urbanização, a disseminação de elementos que redefinem o espaço e a vida cotidiana, o estabelecimento de processos que produzem e reproduzem as mediações implicadas na vida cotidiana, e dinâmicas que repõem de maneira renovada a hierarquização dos espaços. Para além da ideia de balanço da departamentalização, de estabelecer o que nesse

movimento constitui ou não avanço, e quais seriam os desafios, trata-se de compreendê-lo como expansão e aprofundamento da produção da vida a partir das lógicas do mundo capitalista. Que, como tal, realiza-se produzindo a contradição. Daí a identificação do estranhamento, da resistência, do incômodo. Se a análise desse movimento por vezes oferece a interpretação fundada na ideia de desvio, desequilíbrio, descompasso, a reflexão que se busca desenvolver aqui parte da identificação desse descompasso não para intentar uma conciliação, mas buscando entender os conteúdos desse processo não a partir de perspectivas ordenadoras ou civilizatórias, mas incluindo as contradições (DAMIANI, 2008, p. 111, 107).



#### 4. OS SENTIDOS DA MODERNIZAÇÃO: INCÔMODO E CONTRADIÇÃO

A ideia de que há um descompasso entre certos aspectos da sociedade martinicana ou uma ambiguidade ligada a seu estatuto político e às contradições de seu desenvolvimento econômico-social está bastante presente em análises mais sistemáticas, e pode ser apreendida também por situações da vida cotidiana e discursos menos sistematizados. Ao mesmo tempo em que essa expansão da ordem capitalista, refletida na transformação do espaço e da vida cotidiana, aparece como conquista da Martinica, permitindo que sua população possa desfrutar de um padrão de consumo europeu e da seguridade social francesa, ela também é entendida, em algum nível, como perda ou submissão. Percebe-se um mal-estar generalizado em torno dessa condição, que pode se revelar desde através da crítica assumida a uma suposta unidade entre França e Martinica até o seu oposto, a afirmação quase naturalizada dessa unidade.

Nossa experiência na Martinica foi recheada de momentos em que isso se revela. Não é difícil encontrar tanto martinicanos como franceses da França continental que não hesitam em afirmar que eles são todos franceses, sem inquietações. E isso aparece como conquista da Martinica, cuja população pode assim desfrutar de um padrão de consumo europeu (cuja face mais facilmente identificável é a relação do martinicano com o carro: não só é esse o meio quase que impositivamente necessário para se locomover pela ilha, como também se encontram carcaças de carros abandonados pelas beiras de estrada, pois é mais barato abandoná-los que arcar com os custos de desmanche, e além disso – explicava tranquilamente um rapaz martinicano – eles ganham em euro, fazem parte

da União Europeia, então podem comprar carros, ora...) e da seguridade social francesa.



Paulo M. Favero/fev. 2011

Foto 10 - É comum encontrar carcaças de carro abandonadas pela Martinica; aqui, uma em Volga-Plage

Mas isso não abole uma tensão latente, escamoteada pela maioria dos discursos, que acaba aparecendo pelas brechas. Ainda que se reafirme a condição de que todos são franceses, a distinção entre “antilhanos” e “metropolitanos” é corrente para se referir às pessoas segundo sua origem (curiosamente, uma designação remete a um aspecto físico, e a outra a um aspecto político), e até hoje a França é chamada de “metrópole”.

Salta aos olhos a ironia de se tentar a constituição do lugar como singularidade, em benefício do negócio do turismo, quando se trata – Martinica e França – de um único território, quando as pessoas afirmam que “aqui como lá, é tudo a França”. No interesse da construção de um destino turístico, explora-se o “típico”: no voo entre Paris e as Antilhas, o aperitivo oferecido é o *ti-punch*, bebida típica da Martinica preparada com rum, limão e melão de cana. Nessa construção,

elementos que poderiam ser elencados como locais, como aquilo que resiste à lógica da metrópole, como próprios de um outro modo de vida, são também absorvidos pela lógica da mercadoria, pela via do turismo. Transformam-se em uma série de pitorescos – tecidos coloridos, clima tropical, povo sorridente, frutas exóticas – que ajudam a constituir o produto turístico.



Carolina Massuia de Paula/out. 2007

Foto 11 - Publicidade sobre a Martinica no metrô de Paris

A própria Martinica se apresenta tantas vezes pelo olhar do outro. Em seu Museu da Cana, um conjunto de objetos e painéis descreve o funcionamento e o cotidiano de uma *habitation* – a propriedade açucareira colonial –, erigindo uma homenagem à cana, ao açúcar, ao rum, “riquezas da Martinica”. Porém a história da cana é a história da dominação colonial e do escravismo – num local em que quase a totalidade da população tem ascendentes escravos. A escravidão ali aparece de forma perturbadoramente apaziguadora – era o modo operatório da propriedade canavieira... Mas, em visita às ruínas de uma antiga *habitation* em Le Robert, um garoto francês de idade escolar quis saber se as correntes na parede eram para os

animais, e o guia que nos acompanhava não se furtou a dizer que eram para os escravos, gerando espanto.

Quase todas as pessoas com quem pudemos conversar julgam que a condição departamental engendra distorções ou uma estagnação da Martinica. A questão do emprego surge recorrentemente: embora no geral a população tenha acesso a formação, em diversos níveis, há desemprego, muitas vezes interpretado como acomodação das pessoas, que não estão interessadas em se mudar ou não têm espírito empreendedor, colocando suas expectativas apenas no funcionalismo. “A população quer a independência na cabeça, mas não no bolso”, segundo as palavras de um dono de pousada martinicano independentista.

Percorrendo algumas formulações de diferentes autores, notamos como surge reiteradamente o incômodo com um desenvolvimento que parece descompassado ou ambíguo: Benoist (1985, p. 71) classifica as sociedades das ilhas crioulas de “pseudoindustriais”; Grandmaison (2008, p. 57) destaca a Martinica como uma “terra de consumo”; Letchimy (1992, p. 17) entende que a ilha passou por um processo de “superurbanização”, gerando o que chama de “urbanização sem economia urbana”; Lacoste (1985, p. 29) lembra que os independentistas falam, ao definir a situação dos DOM/TOM, em “aparência externa de uma sociedade de consumo”.

Benoist (1985, p. 53) observa que a história da Martinica e de Guadalupe é feita de sobressaltos que revelam o mal-estar de seu estatuto, e períodos de uma calma ambígua, composta por insatisfação e medo de mudança. Para o autor, isso está vinculado a fatores que vão além das contradições de classe e da relação metrópole-colônia, sendo necessário considerar questões culturais e sociais na interpretação dessa ambiguidade. Já Lacoste (1985, p. 13-15, 4), embora não

desconsidere a importância da qual se reveste a questão cultural na contestação dos estatutos de DOM e TOM, destaca o fato de que a equalização política e jurídica é bem mais fácil de atingir do que a econômica e social.

Mesmo entendendo certas transformações ocorridas nas ilhas pós-departmentalização como avanços ou reformas progressistas, o autor elenca diversos problemas a serem observados (LACOSTE, 1985, p. 7-9). Em primeiro lugar, destaca que a elevação do padrão de vida deve-se muito às transferências orçamentárias da metrópole, e não a um desenvolvimento econômico local real, mantendo-se um setor produtivo fraco, ao lado de importações crescentes e muito superiores às exportações: dados da Martinica em 1983 mostram um predomínio do setor terciário, com 40% do PIB garantido pelas transferências metropolitanas, e revelam ainda um aumento das importações, com a ilha exportando o equivalente a apenas 15% do que importa. As distâncias econômicas entre os DOM/TOM e a metrópole diminuem, mas continuam grandes, e o desemprego é um problema persistente nesses territórios. Os fluxos populacionais entre os DOM/TOM e a metrópole ganham importância nos dois sentidos, mas são qualitativamente desiguais: enquanto a população dos primeiros migra para assumir funções mais subalternas na metrópole, os metropolitanos vão em direção aos DOM/TOM para preencher cargos mais altos, sobretudo no funcionalismo em expansão; além disso, é importante dizer que a possibilidade de mobilidade populacional e a qualidade de cidadãos franceses atribuída aos antilhanos não impede a persistência da discriminação racista contra eles.

Blérald (1986, p. 237) vai além: o autor afirma que, embora a maioria dos discursos apresente as transformações pós-departmentalização como modernização e progresso econômico e social, quando submetidas a uma análise

crítica elas se revelam como manifestações do processo de reprodução ampliada das relações capitalistas – e não só seus benefícios podem ser bastante relativizados, como se pode identificar que elas trazem consigo consequências sociais dramaticamente negativas. E destaca o desemprego extenso e durável que afeta a Martinica e Guadalupe como o maior indicador do marasmo social em que elas estão mergulhadas: contestando a explicação desse fenômeno por uma suposta demografia galopante, sua análise o coloca como resultado de uma economia que não pulsa, no contexto da dependência externa crônica (BLÉRALD, 1986, p. 258-259).

Assim, ficam postos alguns elementos que dão o tom à avaliação da departamentalização e à discussão em torno dos impasses políticos e sociais nas Antilhas. Benoist (1985, p. 70) pondera que a contradição fundamental (e traumática, segundo ele) nas ilhas crioulas é que precisamente os efeitos considerados positivos da departamentalização sobre o nível de vida local significam a introdução de novos modelos, modos de vida e valores que são opostos àqueles ali estabelecidos. O autor chega a avaliar o universo dos funcionários e serviços como um “enclave” nas ilhas.

Para Lacoste (1985, p. 16-17), dada a falta de pulsação da economia dos DOM/TOM e do padrão de vida razoável que lhes permitiu a departamentalização, é um dilema pensar como seriam sustentados, no caso de uma independência política ou de uma ruptura com a França, os benefícios sociais com que suas populações passaram a poder contar (equipamentos e serviços, saúde, paliativos ao desemprego, funcionalismo), mesmo que elas mostrem-se cada vez mais conscientes de suas especificidades culturais e mais incomodadas com o processo de afrancesamento. No entanto o próprio autor pondera que as grandes vantagens

decorrentes da assimilação desses territórios à França são obtidas de fato pelas oligarquias locais, e não pelo conjunto da população.

Da mesma maneira, Benoist (1985, p. 72) reitera que, além da questão da forte externalidade das decisões e modelos, e da invasão de um outro modo de vida, a crítica à departamentalização também é realizada no âmbito da desigualdade no acesso real a suas benesses: logo a classe dominante aprende a drenar os recursos públicos em benefício próprio, ao passo que as camadas mais desfavorecidas da população sofrem agudamente o choque de modernização sem criação de emprego. Não são poucas nem simples as contradições e críticas que vêm junto com o que poderia ser apresentado como benfeitorias e progresso:

*Aussi, les bilans de la départementalisation prirent-ils un tour de plus en plus critique. D'une part, devant la permanence des zones de pauvreté, devant les échecs de la scolarisation et la lenteur de l'application de certaines lois sociales, on réclamait que le jeu de la départementalisation soit conduit sans réticence de la part de la métropole. D'autre part, on constatait le caractère artificiel d'une hausse du niveau de vie appuyée sur une assistance quasi généralisée; on soulignait les échecs économiques de cette "croissance sans développement" et la régression constante de la plupart des productions locales. On frémissait aussi devant le choc culturel qui menaçait de dépouiller chacun d'une part essentielle de son identité.*<sup>34</sup> (BENOIST, 1985, p. 71)

As questões apontadas por esses autores persistem, podendo ser percebidas ainda hoje. Letchimy (2008, p. 53) menciona as dificuldades da economia martinicana, o desemprego, a marginalização, a persistente “presença de habitações

---

<sup>34</sup> “Assim, o balanço da departamentalização assume uma via cada vez mais crítica. Por um lado, diante da permanência das zonas de pobreza, dos fracassos da escolarização e da lentidão em aplicar algumas leis sociais, reclama-se que o jogo da departamentalização seja conduzido sem reticência pela metrópole. Por outro, constata-se o caráter artificial de uma alta do nível de vida apoiada numa assistência quase generalizada; destacam-se os fracassos econômicos desse ‘crescimento sem desenvolvimento’ e a regressão constante da maioria das produções locais. E causa arrepios o choque cultural que ameaça espoliar todos de uma parte essencial de sua identidade.”

insalubres, uma precarização e uma pobreza visíveis”, a incapacidade de a ilha produzir mais que uma parcela mínima do que consome. Para o autor, mudar isso é a chave do caminho para a emancipação.

Ainda que pelo viés da identificação do problema a ser resolvido, e não da contradição a ser decifrada, conforme já colocado em pontos anteriores deste trabalho, temos a presença reiterada dessas críticas e o também reiterado mal-estar em torno das circunstâncias trazidas pela departamentalização – que não se colocam direta ou restritamente vinculados à questão urbana, mas a atravessam e podem ser observados através dela. É possível partir daí para desenvolver uma reflexão que considere o movimento observado na Martinica no âmbito da expansão do mundo capitalista, atingindo a vida cotidiana pela sobreposição de mediações que não deixam de defini-la.

#### **4.1 INTERESSES POLÍTICO-ECONÔMICOS TRAVESTIDOS DE DEMANDAS SOCIAIS**

A partir de análises que descubrem na departamentalização e seus efeitos um sentido geral de que as reformas modernizadoras engendram ou aprofundam problemas políticos, econômicos e sociais, é pertinente afirmar que não basta reconhecer que estamos tratando de um processo contraditório, mas compreendê-lo no contexto do movimento de expansão da ordem capitalista – a qual tem a desigualdade social e a expropriação não apenas como deturpações ou mesmo aspectos constitutivos, mas como seus fundamentos. Assim, a ampliação do acesso a bens e serviços e a urbanização que ocorrem nesses departamentos e territórios



de origem colonial não podem ser entendidas apenas como resultado de uma demanda por desenvolvimento e melhoria das condições de vida locais, mas como resposta a uma necessidade crítica de expansão do próprio capital metropolitano ou internacional.

David Harvey (2004, p. 115-117) pode ajudar a pensar na questão, através da discussão sobre as dificuldades e estratégias de reprodução ampliada do capital. O autor afirma que a lógica do capital é a de contínua incorporação de territórios – e não apenas ao comércio, mas ao investimento e ao uso de seus insumos:

[...] A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos. [...] repressões coloniais [...] [são um] tiro no próprio pé, um caso em que a lógica territorial inibe a lógica capitalista. (HARVEY, 2004, p. 117)

O arrazoado de Harvey permite precisamente refutar a ideia de que as transformações impostas às Antilhas possam ser realmente entendidas como avanços resultantes da pressão popular, sendo mais razoável pensar nelas, conforme formula Blérald (1986, p. 237), “*comme la manifestation du processus de reproduction élargie des rapports de domination et d’intégration capitalistes.*”<sup>35</sup>

O percurso deste último autor é o de buscar na história colonial das Antilhas as raízes do que considera uma dependência crônica em relação à França, argumentando que tal dependência é útil para a metrópole. Assim, Blérald (1986, p.

---

<sup>35</sup> “[...] como manifestação do processo de reprodução ampliada das relações de dominação e de integração capitalistas.”

47-48) entende a formação dos impérios coloniais como meio de aumentar o mercado de produtos industriais e o acesso a matérias-primas e produtos agrícolas – ou seja: ratificando a insistência de Lênin (2008) quanto ao motor econômico do imperialismo, pode-se afirmar que a expansão imperialista não é apenas um jogo político entre nações mais ou menos poderosas, mas uma necessidade incontornável do capital mais avançado.

É assim que Blérald (1986, p. 10) destaca que as transformações ocorridas nas Antilhas francesas durante o século XX, no contexto do que chama de transição para o capitalismo<sup>36</sup>, são derivadas de interesses externos, emanados da França ou dos capitais metropolitanos e internacionais:

*Le passage au capitalisme des formations antillaises n'a pas été un processus spontané, engendré par la dynamique de leurs propres contradictions, mais a procédé principalement de forces externes relatives, en dernière instance, à l'essor de la production marchande industrielle en France.<sup>37</sup>*

A identificação de interesses econômicos ou estratégicos ligados ao domínio do ultramar pode ser encontrada em algumas análises. Como em algumas conversas, em campo, nas quais foram feitas menções à função da Martinica como base militar e intermediária nas relações regionais, viabilizando, por exemplo, a instalação da companhia telefônica na região a partir da ilha, ou uma presença da França no Haiti por meio da Martinica.

---

<sup>36</sup> Embora o próprio autor entenda a colonização da América no contexto da expansão do capital comercial (BLÉRALD, 1986, p. 11), ele denomina o período pós-Segunda Guerra Mundial como momento de transição das Antilhas para o capitalismo.

<sup>37</sup> “A passagem para o capitalismo das formações antilhanas não foi um processo espontâneo, engendrado pela dinâmica de suas próprias contradições, mas procedeu principalmente de forças externas relativas, em última instância, ao crescimento da produção mercantil industrial na França.”

Um relatório da União Europeia (2012, p. 3) ajuda a construir esse sentido, classificando como “regiões ultraperiféricas” certos “territórios europeus afastados do continente”, entre os quais a Martinica, e definindo-as como

territórios europeus afastados do continente e que incluem particularidades geoeconómicas muito específicas e extraordinárias condições naturais. [...] e com locais ideais para a investigação e a experimentação numa série de áreas, como o desenvolvimento de energias renováveis, a astrofísica ou a minimização dos efeitos das alterações climáticas. A sua excepcional biodiversidade e ecossistemas marinhos apresentam um grande potencial para a inovação, enquanto a sua localização geográfica as transforma em postos avançados da Europa no mundo.

Ao tratar da generalização do modo de vida da sociedade industrial moderna nas Antilhas pós-departmentalização, Benoist (1985, p. 70-71) destaca um caráter de externalidade das transformações impostas às ilhas, como se tais mudanças houvessem ocorrido sem que se tivessem desenvolvido seus fundamentos econômicos ou materiais – ganhando relevo assim, inclusive, a questão do crédito:

*Par une étrange distorsion, la population des îles était comme transfusée dans la société industrielle moderne, dont elle acquérait les modes de vie, les aspirations et les besoins, sans que ce transfert s'appuie sur l'économie locale, sans que les îles elles-mêmes y soient intégrées autrement que par un lien légal au long du quel transitaient les crédits, et par la masse croissante de ces crédits.*<sup>38</sup>

É por esse raciocínio que o autor chega à ideia de “sociedade pseudoindustrial”, observando ainda um forte descentramento das ilhas: assim como

---

<sup>38</sup> “Por uma estranha distorção, a população das ilhas foi como que transferida para a sociedade industrial moderna, adquirindo seus modos de vida, aspirações e necessidades, sem que essa transferência se apoiasse na economia local, sem que as próprias ilhas pudessem se integrar a ela a não ser por um fio legal ao longo do qual transitavam os créditos, e pela massa crescente desses créditos.”

é externo o motor de sua economia, começam também a externalizar-se os fundamentos de sua cultura e de sua evolução social (BENOIST, 1985, p. 71).

Em Blérald (1986, p. 238-239) encontraremos essa externalidade através da análise de diversos pontos. Enquanto o aumento nos rendimentos dos trabalhadores e a ampliação do mercado de consumo são comumente festejados como benesses da departamentalização, o autor observa que o aumento dos rendimentos salariais é a forma contemporânea de desenvolvimento capitalista – em contraste com a exploração do trabalhador até o nível da mínima subsistência, própria de um momento anterior do capitalismo. Desse modo, o aumento de rendimentos e do consumo de bens duráveis e serviços aponta para a subordinação do rendimento do trabalhador à realização da mercadoria e a sua circulação internacional – assim, o que se apresenta como suprimento de uma demanda por bens e serviços nas Antilhas é mais profundamente um momento de generalização do processo de monetarização da sociedade.

O mesmo se revela na mudança da estrutura de consumo: a dinâmica de mercado capitalista promove distorções nas necessidades de consumo do trabalhador, que acaba se pautando por normas estabelecidas em outros níveis sociais, normas as quais não emanam de suas próprias necessidades, mas de uma impregnação simbólica da qual são tomados os objetos consumíveis – o que, nas Antilhas, é aprofundado na forma de uma ocidentalização dos hábitos e comportamentos (BLÉRALD, 1986, p. 241).

Essa ideia de distorção das necessidades de consumo aparece na fala da assistente social que nos atendeu na Semavil, ao apontar como um problema o fato de as pessoas quererem antes ter um aparelho de televisão do que “o básico”, como uma casa regularizada e um emprego. Ao mesmo tempo em que revela a

presença concreto-abstrata do consumo na vida das pessoas, essa ideia de distorção permite entrever a concepção de um desenvolvimento que deveria seguir etapas, estabelecer certas bases sociais para em seguida passar a um determinado patamar de consumo, e nesse sentido se consideraria a Martinica no quadro de um desenvolvimento defectível.

No âmbito das formas de mobilização do trabalho, a maior inserção das Antilhas no processo de internacionalização do capital significa que o controle dos trabalhadores tradicionalmente ligado à *plantation* capitalista tornar-se-á menos rígido, mais móvel. O movimento é de extensão do assalariamento e da proletarização – colocando no centro as formas capitalistas de organização e domínio do trabalho –, em um processo que, conjugado aos desequilíbrios criados pelo bloqueio da industrialização, conduzirá a uma situação de desemprego, migração e marginalização (BLÉRALD, 1986, p. 245-246).

Vale a pena nos estender mais um pouco na reflexão do autor, para observar como ele analisa o incremento do fluxo migratório em direção à metrópole. Blérald (1986, p. 260-261) observa que a emigração antilhana para a França dá-se em um quadro de fornecimento de trabalhadores dos países dependentes para as metrópoles coloniais – assim, as estruturas econômicas antilhanas dominadas pelo capital internacional e a demanda de mão de obra pouco qualificada no mercado francês em expansão (o que começa a encontrar seus limites na década de 1980) possibilitam que Martinica e Guadalupe assumam uma função específica na especialização internacional: a de produção e reprodução de força de trabalho para os polos de acumulação franceses. Desse modo, vemos instalada a mobilidade do trabalhador não como opção pessoal, mas como imposição socioeconômica (sendo interessante observar que o autor coloca que os antilhanos vão “expatriar-se na

França”, contrastando com a definição oficial de que “todos são franceses”), e tanto a implantação de relações capitalistas de trabalho dentro das próprias Antilhas como a escolarização generalizada promovida pelo Estado podem ser vistas como uma preparação para essa integração do trabalhador antilhano ao mercado de trabalho francês.

A emigração maciça de antilhanos para a metrópole aparece frequentemente travestida de solidariedade nacional e promoção social, mas ela deve ser compreendida como necessidade do capital no contexto da internacionalização da produção, além de servir para aliviar a tensão social provocada pela situação de desemprego maciço e durável. Assim, será o próprio Estado francês a agir na organização dos fluxos migratórios, através de programas das Forças Armadas e do *Bureau pour le Développement des Migrations Intéressant les DOM*<sup>39</sup> (Bumidom). Uma das funções desses programas de migração é ajudar na inserção profissional dos antilhanos, oferecendo cursos de formação – porém se trata de uma formação profissional que segue as necessidades da metrópole, e não os desejos do migrante, sem qualquer preocupação em possibilitar o retorno produtivo do trabalhador às Antilhas (BLÉRALD, 1986, p. 261-264).

Essas condições sociais são as mesmas que derivam na constituição da pobreza urbana materializada nas áreas de ocupação espontânea da Martinica. Letchimy (1992, p. 17-18) entende que a ilha, como outros pontos do Caribe, não escapou à superurbanização, gerando cidades com características de subdesenvolvimento. O autor remonta à aceleração do êxodo urbano, na década de 1950, como gênese de uma “urbanização sem economia urbana” realizada através

---

<sup>39</sup> Agência para o Desenvolvimento da Migração Envolvendo os DOM.

da ocupação informal de terrenos. Para ele, esse processo significa a desestruturação do mundo agrícola, implicando sobretudo a passagem de uma economia produtiva para uma sociedade de consumo – alguns dados revelam isso: de 1938 a 1978, as exportações passaram do equivalente a 131% das importações para o equivalente a 25% delas; entre 1970 e 1978 o consumo de bens de consumo cresceu 214%, enquanto o PIB cresceu 68%; e entre 1954 e 1982 a participação do setor terciário na economia passou de 38,7% para 67,6%.

Ao discutir a polêmica em torno da questão da independência dos DOM/TOM, Lacoste (1985, p. 16-21) empreende uma análise dos supostos interesses econômicos e estratégicos da França em mantê-los sob seu domínio, concluindo que tais territórios não suscitam de fato tanto interesse assim à metrópole, e que a vinculação entre eles parece interessar mais às populações locais, que com a independência sofreriam perdas econômicas e de benefícios sociais. Mas é o próprio autor quem observa que as reformas advindas com a transformação do estatuto das colônias insulares eram necessárias para transformar estruturas coloniais que impediam uma atividade mais eficiente do capital nesses territórios: no caso dos DOM, pelos entraves constituídos pelas marcas da economia de *plantation* e do escravismo; no caso dos TOM, pela presença de uma economia quase de subsistência (LACOSTE, 1985, p. 7).

Assim, podemos entender a departamentalização como meio de transformar as estruturas coloniais, não com a finalidade de expandir a democracia e o bem-estar social – embora essa seja a justificativa apontada –, mas para viabilizar a implantação de estruturas que possibilitem a expansão de uma lógica e uma ação capitalista contemporânea – que poderia ser travada por estruturas coloniais clientelistas, paternalistas, “arcaicas”. É a preocupação que encontramos no relatório

União Europeia (2012, p. 3), ao afirmar seu papel em ajudar as regiões ultraperiféricas

a ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento do seu potencial endógeno. [...] a apoiar os seus esforços de modernização de setores tradicionais e a respetiva diversificação para novos sectores, de modo a melhorar a sua competitividade, reduzir o desemprego e promover um crescimento mais inclusivo.

Com essa ponderação, talvez possamos deslocar a discussão de um âmbito mais político-diplomático para integrar a ela o campo do econômico, com eixo na necessidade de reprodução ampliada do capital (DAMIANI, 2000, p. 21) – passando da consideração do que interessa à *França* para a consideração do que interessa ao *capital*, metropolitano ou mundial.

Além disso, Lacoste (1985, p. 22-23) observa ainda que a vinculação histórica entre a França e os DOM/TOM não pode ser simplesmente passada por alto em direção a uma independência: no caso de uma ruptura, não apenas a população das ex-colônias terá de se haver com possíveis dificuldades econômicas e sociais, mas também o governo francês terá de lidar com diversos problemas, como uma provável migração da parte das populações dos DOM/TOM que certamente optará por continuar “francesa” – o que não facilitaria em nada os já graves problemas de desemprego e racismo no país.

Através de um caso bastante específico – o da atividade agrícola na comuna martinicana de Gros-Morne –, Goutier (2008b, p. 55) revela dificuldades da Martinica, já na primeira década do século XXI, ligadas ao desmonte da produção rural, à dependência das importações, inclusive de alimentos, colocando-a à mercê de instrumentos financeiros que não promovem o desenvolvimento local:



Em 1986, a Assembleia Francesa votou a chamada lei da “desfiscalização”, para favorecer o investimento e o alojamento nos Departamentos Ultramarinos. Resultado: estes Departamentos tornaram-se espaços para produtos fiscais. E os resultados previstos em termos de remédio milagroso contra o desemprego e a favor da inserção não apareceram. E no interior do país os bancos emprestam mais facilmente 75.000 euros para comprar um carro do que menos do que isso para apoiar um negócio. Se as pequenas empresas locais registam uma taxa de criação superior à média francesa, 22 para 12.000 habitantes contra 15, vão à falência ainda mais depressa.

A Martinica e os outros Departamentos Ultramarinos pretendem uma diminuição da desfiscalização, mas alguns lobbies que ganham com isso nem querem ouvir falar do assunto.

Mais que reiterar ou atualizar as análises anteriores que apontam questões semelhantes, interessa observar aqui uma inserção internacional da Martinica, a qual ultrapassa inclusive a relação com a França metropolitana, e que não se acantona na particularidade da história colonial martinicana e de sua formação crioula, pelo contrário: alinha-se com as tendências contemporâneas da reprodução ampliada do capital.

A partir dessas análises, é possível entender a departamentalização no quadro da tendência de inserção cada vez mais extensa e intensa de territórios na lógica do capital. Dessa maneira, pode-se ver o processo de vinculação departamental da Martinica à França, com a conseqüente modernização das estruturas e equipamento da ilha, não como um ponto final na colonização colocado por razões progressistas, mas como uma modernização que permite incluir mais territórios, e de maneira mais ágil, na lógica do capital.

## 4.2 URBANIZAÇÃO COMO AMPLIAÇÃO DO MUNDO DA MERCADORIA, CIDADANIA COMO ACESSO AO CONSUMO E A ILUSÃO DO URBANO

Os elementos apresentados a respeito da expansão do consumo de massa na Martinica apontam para o entendimento das transformações pós-departmentalização no quadro de uma urbanização que se coloca também como ampliação do mundo da mercadoria. Para Blérald (1986, p. 239-241), o processo de urbanização verificado a partir da década de 1950 instaura nas Antilhas a predominância do urbano sobre o rural, em uma extensão da vida urbana que carrega consequências importantes. Uma delas está no fato de que a vida urbana implica em boa medida a impossibilidade da produção doméstica de subsistência, significando uma expansão do mercado de bens de consumo, portanto uma reafirmação da mercadoria, já que as necessidades de subsistência passam a ser supridas por ela. No limite, a cidade é colocada como “*lieu de production du travailleur-consommateur libre*”<sup>40</sup> (GRANOU<sup>41</sup>, 1972, p. 58 apud BLÉRALD, 1986, p. 241). O autor destaca que essa dinâmica faz emergir o dinheiro como intermediário incontornável das relações sociais, das relações entre as pessoas e destas com o espaço em que vivem – naturalizando-se assim a relação monetária.

Vimos que o abalo das estruturas agrárias e a expansão urbana acompanhados do enorme aumento da circulação monetária, do consumo de bens industrializados e do comércio também são destacados por Benoist (1985, p. 70-72),

---

<sup>40</sup> “local da produção do trabalhador-consumidor livre”.

<sup>41</sup> GRANOU, André. *Capitalisme et mode de vie*. Paris: Cerf, 1972.

que, podemos assim dizer, entende como alienante o caráter de externalidade às ilhas assumido por essas transformações, ao impregnar a sociedade local com o modo de vida da sociedade ocidental moderna – o que Blérald (1986, p. 241) chama de “ocidentalização” dos costumes nas Antilhas –, especialmente pelo fato de que não se desenvolve localmente o aparelho produtivo que gera essa sociedade de consumo.

Mas não é somente por esta razão, ou por uma desintegração da cultura crioula sob o avanço do modo de vida e dos valores da metrópole, que esse movimento aparece como alienante. Tratando do crescimento da cidade de São Paulo, Damiani (2000, p. 24) observa que a grande cidade logo aparece, na bibliografia que se propõe enfrentar a questão do crescimento das cidades e do aparecimento das metrópoles urbanas, como lugar da economia monetária – e é esclarecedor que o estudo que em dado momento se empreendeu sobre as cidades médias, inspirado pela busca de um equilíbrio da rede urbana, ou seja, da constituição de alternativas ao processo metropolitano, tenha acabado por observar que tais cidades “aparecem reproduzindo fenômenos próprios às grandes metrópoles, ao invés de ser delas uma alternativa” (DAMIANI, 2008, p. 111).

Empenhado em definir as zonas de influência de cada cidade e da hierarquia urbana nos departamentos insulares da França, Desse (1998, p. 224, 233-234) considera fundamental o papel dos grandes supermercados, cujo avanço característico dos anos 1980 significa não somente a entrada de capitais metropolitanos como também uma mudança das sociedades locais, que passam a ter modos de consumo calcados na França metropolitana. Segundo ele, no modelo macrocefálico da hierarquia urbana da Martinica, somente as cidades que dispõem de um grande centro de compras conseguem escapar à influência comercial da

capital insular, Fort-de-France – esses centros comerciais conseguem absorver grandes fluxos de pessoas que, de outro modo, dirigir-se-iam aos centros das cidades. Aí está colocada, portanto, uma redução do sentido da cidade, com um centro que se reduziria à função de oferta de mercadorias.

A análise de Letchimy (1992, p. 38-39) sobre a formação e as características das áreas de ocupação espontânea de Fort-de-France revela que o crescimento das cidades na Martinica significou a absorção periférica de grandes contingentes populacionais que, tendo uma inserção crítica num urbano do qual não podem desfrutar, almejam àquilo que passa a ser reconhecido como vida urbana, na forma do consumo de mercadorias:

*Fort-de-France s'est développée à partir de la logique du marché et des marchés, le centre et la proche périphérie [...]*  
*Peu à peu, et à partir des années [19]50, une ceinture de "squattérisation" est venue progressivement faire le siège de la ville, qui devenait objet à prendre. [...] le trait d'union devient l'urbain dans sa vitrine de consommation et de comportement.<sup>42</sup> (LETCHIMY, 1992, p. 38-39; grifo nosso)*

O autor traça um percurso de evolução dessas áreas que se inicia na demarcação do terreno – como uma primeira forma de estabelecer elos com o urbano –, passa por um incremento no conforto e no tamanho das moradias, e chega até o momento de consolidação em que as práticas sociais e a arquitetura do bairro impregnam-se da normatividade característica da vida urbana. Para ele, como do ponto de vista arquitetônico essas moradias frequentemente não conseguem

---

<sup>42</sup> “Fort-de-France desenvolveu-se a partir da lógica do mercado e dos mercados, o centro e a periferia próxima [...]

Pouco a pouco, e a partir dos anos [19]50, um cinturão de ‘ocupações’ veio progressivamente sitiar a cidade, que se tornava o objeto a conquistar. [...] o traço de união é o urbano em sua vitrine de consumo e comportamento.”

acessar de maneira acabada o modelo reconhecido como urbano, é pelo espaço “de dentro” da casa que a família busca realizar aquilo que reconhece como signos da vida urbana, especialmente pela aquisição de um “mobiliário urbano”: televisão, aparelho de som etc. (LETCHIMY, 1992, p. 26-33). Está posto aí mais do que a urbanização como extensão do mundo da mercadoria – revela-se o consumo de mercadorias como representação, simulacro de vida urbana.

A condição dessas áreas de ocupação espontânea é entendida como “insalubre”, invocando-se desde a ausência de condições mínimas de conforto (água potável, banheiro, eletricidade, evacuação das águas) até as dificuldades de integração ao urbano e de preservação cultural, além dos limites postos pela ilegalidade fundiária em uma cidade ordenada pelo capital (LETCHIMY, 1992, p. 19-20).



Carolina M. de Paula/fev. 2011

Foto 12 – Volga-Plage, bairro martinicano que é exemplo da área de ocupação insalubre



Carolina M. de Paula/fev. 2011

Foto 13 - Em Volga-Plage, contêineres portuários abandonados podem ser usados para moradia



Carolina M. de Paula/fev. 2011

Foto 14 - Em Vieux-Pont, construções utilizam restos de materiais

Damiani (2008, p. 108) identifica a perspectiva do saneamento – de que é possível ordenar o insalubre –, a partir de Foucault<sup>43</sup>, como um dos universais abstratos que vão se pondo sobre a vida social e calçando o caminho de constituição da modernidade. Assim, a perspectiva do ordenamento visando à salubridade traz consigo a proposta de moradia que preenche os requisitos de uma suposta dignidade, que na verdade aponta para o entendimento da moradia como

---

<sup>43</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

“habitat” – como funcionalidade ressequida –, em oposição ao “habitar” – prática humana rica de sentidos (LEFEBVRE, 1970, p. 159-167).

Mas Letchimy (1992, p. 37) insiste no urbanismo, afirmando que o caminho para evitá-lo em sua forma impositiva e empobrecedora está na valorização das práticas próprias que emanam das áreas ocupadas para o desenvolvimento de novas concepções de planejamento, em vez de se imporem concepções estereotipadas. O autor enxerga uma potencialidade nessas áreas: malgrado sua condição periférica, que ele denomina de marginal e informal, Letchimy (1992, p. 18-19, 37) afirma que essas aglomerações adquirem tal importância que a restrição de sua reprodução ao plano do informal torna-se inviável – de alguma maneira, sua população acaba por tornar-se uma força inevitável na sociedade de consumo. A imbricação entre formal e informal dinamizaria os chamados bairros, sendo assim importante considerar o informal também como agente estruturante do espaço. Assim, estabelecido o acesso aos terrenos, a nova organização socioeconômico-espacial irá reproduzir-se, afastando-se do objetivo inicial da sobrevivência, e aos poucos abrindo espaço para a formação de um mercado imobiliário e até da especulação imobiliária no habitat popular – o autor fala em criação de um mercado do insalubre, capitalização do informal, formação de um capitalismo popular marginal a partir da assistência, do mercado negro e das redes locais (LETCHIMY, 1992, p. 41-43).

Porém a ideia de um “capitalismo popular marginal” parece-nos obscurecer a contradição inerente ao desenvolvimento capitalista: não se trata de um capitalismo à parte – marginal –, mas de um fenômeno revelador da própria lógica de apropriação, pelo capital, das diferentes práticas que se realizam na sociedade. É exatamente isso que se revela na capitalização do informal. A análise de Letchimy

(1992) sobre a evolução das áreas de ocupação espontânea revela, mais que a formação de um capitalismo marginal ou a potencialidade do lugar, uma urbanização na qual está implicada não apenas a extensão do consumo de mercadorias, mas também a consolidação e extensão do consumo do próprio espaço. Movimento que revela o sentido do processo de globalização, o qual dispõe não apenas a expansão do consumo de mercadorias e a tendência à homogeneização dos hábitos e comportamentos, mas também a mercadificação do próprio espaço, conforme “criam-se cada vez mais mercadorias que são estratégicas e políticas, como no caso específico do espaço. [...] inaugurando um movimento que vai do espaço de consumo [...] ao consumo do espaço” (CARLOS, 2002, p. 174).

Como vimos, através de uma literatura preocupada com uma identidade nacional e de certas análises de âmbito mais político-cultural, chegamos a uma consideração crítica a respeito da modernização da sociedade martinicana pós-departmentalização devido ao seu caráter de “assimilação”, de imposição de uma “externalidade” ao modo de viver local, que assim vai sendo desintegrado. Mas não se trata apenas de um embate cultural: está em jogo a constituição de um mundo cujas relações sociais são mais mediadas, atravessadas pelo dinheiro e pela mercadoria. Desse modo, impede-se que o processo seja visto apenas como progresso, ainda que inclua elementos de melhoria das condições de saúde, educação ou moradia.

No entanto é de fundamental importância notar que mesmo aquilo que seriam as benesses proporcionadas a partir desse movimento encontra limites, pois, imediatamente após sinalizar sua possibilidade, ela já não se realiza mais. A análise de William Rolle (2006) sobre a área de Vieux-Pont (Le Lamentin), na primeira década do século XXI, permite apreender o deperecimento – mas também a



permanência, uma permanência deperecida, deperecente – do projeto de uma sociedade urbanizada, moderna e progressista.

Ao tratar de uma operação de renovação urbana que implicou o deslocamento da população de Vieux-Pont para o bairro de Bois d'Inde, Rolle (2006, p. 14) persegue a degradação do sentido do processo de ocupação espontânea no espaço urbano martinicano. O próprio autor aponta essa degradação, retomando um estudo da década de 1980 sobre Texaco (MASSN<sup>44</sup>, 1985 apud ROLLE, 2006, p. 14) que permitia então corroborar a noção de “*mangrove urbaine*”<sup>45</sup>: o surgimento do bairro de ocupação espontânea como lugar de potencialidades, de resistência. Letchimy (1992, p. 47) assim estabelece o sentido da expressão:

*Tout en étant à la fois marginalisés et répulsifs, les quartiers dits “insalubres” jouent un rôle vital dans “l'écosystème urbain” de la ville. [...]*

*Les quartiers populaires, dans l'écosystème urbain, ont en effet une double spécificité. Elle leur confère un rôle repoussant et vital, similaire à celui de la mangrove dans l'écosystème naturel.*

*Le concept de mangrove urbaine, utilisé pour désigner les quartiers populaires dans leurs rapports avec la société urbaine, donne une autre signification sociale et économique aux espaces violés de la ville. Il exprime également leur degré de marginalisation. [...] En revanche, les quartiers populaires jouent un rôle important. À la périphérie, ils entretiennent et développent l'informel, sorte de chômage déguisé, permettant à une importante partie de la population de subsister.*

*En outre, ces quartiers participent à l'économie formelle du centre, en tant que pôle de consommation.<sup>46</sup>*

---

<sup>44</sup> MINISTERE DES AFFAIRES SOCIALES ET DE LA SOLIDARITÉ NATIONALE (MASSN). *Etude de faisabilité du Contrat Famille sur la ville de Fort-de-France*. Paris, 1985. 58 p.

<sup>45</sup> Mangue urbano.

<sup>46</sup> “Sendo ao mesmo tempo marginalizados e repulsivos, os bairros ditos ‘insalubres’ têm um papel vital no ‘ecossistema urbano’ da cidade. [...]”

Os bairros populares, no ecossistema urbano, têm de fato uma dupla especificidade. Ela lhes confere um papel repugnante e vital, similar ao do mangue no ecossistema natural.

O conceito de mangue urbano, utilizado para designar os bairros populares em suas relações com a sociedade urbana, dá um outro significado social e econômico aos espaços violados da cidade. Ele também exprime seu grau de marginalização. [...] Em compensação, os bairros populares têm um papel importante. Na periferia, eles realizam a manutenção e o desenvolvimento do informal, espécie de desemprego disfarçado, que permite a subsistência de uma importante parte da população.

Em prefácio ao livro de Letchimy (1992), Aimé Césaire (1992, p. 7) destaca no conceito de “*mangrove urbaine*” a ideia de informalidade e solidariedade no enfrentamento da sobrevivência: “*expression dynamique de l’économie informelle, lieu d’une organisation solidaire de la survie [...] organisation qui est, depuis, structurée en communauté*”<sup>47</sup>.

Mas o estudo sobre Vieux-Pont leva Rolle (2006, p. 14) a negar ou pelo menos relativizar tal ideia, revelando o bairro somente como lugar de exclusão:

*“mangrove urbaine” [...] Cette métaphore signifiait que la population des quartiers [de ocupação espontânea] était une potentialité pour la Martinique, que ses forces avaient constitué les résistances culturelles du pays. Nous avions avec une étude sur le quartier de Texaco montré toute la richesse d’un quartier d’habitation spontanée. Aujourd’hui, avec cette étude sur Vieux-Pont nous ne pouvons qu’infirmier ce discours. Vieux-Pont zone butoir, cloaque urbain, terrain de prédilection pour migrants em rupture sociale, espace géographique d’exclusion.*<sup>48</sup>

O deslocamento da população de Vieux-Pont, no contexto de uma operação urbana, é uma opção que, já por si, segundo aponta o autor, revela o abandono da ideia de potencialidade contida nas aglomerações forjadas pela ocupação espontânea, o esvaimento da perspectiva de que um projeto de renovação urbana

---

Além disso, esses bairros participam da economia formal do centro, na condição de polo de consumo”

<sup>47</sup> “expressão dinâmica da economia informal, lugar de uma organização solidária da sobrevivência [...] organização que é, a partir de então, estruturada em comunidade”

<sup>48</sup> “‘mangue urbano’ [...]. Essa metáfora significava que a população dos bairros [de ocupação espontânea] era uma potencialidade para a Martinica, que suas forças haviam constituído as resistências culturais do país. Nós mostramos, com um estudo sobre o bairro de Texaco, toda a riqueza de um bairro de habitação espontânea. Hoje, com este estudo sobre Vieux-Pont, só podemos negar tal discurso. *Vieux-Pont*, zona limite, cloaca urbana, terreno de predileção para migrantes em ruptura social, espaço geográfico de exclusão.”

possa recuperá-la e torná-la vital para a cidade – é assim que o deslocamento aparece como única possibilidade de ação (ROLLE, 2006, p. 14).

Se a ideia de *mangrove urbaine* apontava para uma potencialidade, era porque carregava a noção de constituição de grupo social, e de apropriação do lugar por esse grupo – a ocupação aparecia como prática coletiva de apropriação, como processo de *fundação*: através dela forjavam-se uma solidariedade e uma identidade locais, que conferiam ao grupo uma identidade e também certo poder frente ao discurso e à ação oficiais (ROLLE, 2006, p. 15-16). Nesse contexto, a prática urbanística colocava-se como intervenção visando à integração à cidade do bairro e sua população – uma população que fez valer sua luta constituindo uma rede social vinculada ao lugar. Desse modo, a opção pelo deslocamento da população pode ser identificada como uma reverberação prática – no nível do planejamento – da ideia de que há um depercimento do sentido de riqueza e resistência vinculado às áreas de ocupação espontânea: elas não chegam a se constituir como espaço apropriado, e o planejamento não poderá então intervir para integrá-las à cidade. O processo proposto e efetivado pelo planejamento substitui a ocupação espontânea dos terrenos como projeto pessoal por um deslocamento programado e submisso (ROLLE, 2006, p. 16-17).

Uma via de explicação oferecida pelo autor para essa perda do potencial de apropriação no processo de formação dessas áreas de ocupação espontânea está na perda de seu caráter de migração do grupo familiar (ROLLE, 2006, p. 14-15). Por volta dos anos 1950, a ocupação de espaços da cidade na Martinica era um empreendimento familiar, que significava também a passagem da geração mais jovem do mundo rural para o mundo urbano – no contexto do êxodo rural motivado pelas transformações no âmbito da economia de *plantation* –, e incluía perspectivas

de melhora, de ascensão social, um horizonte a ser buscado. Hoje, não se trata mais de um empreendimento familiar, o indivíduo está isolado de seu grupo social de apoio, e assim os limites de sua mobilidade espacial e social tornam-se muito próximos e evidentes:

*Déjà, territorialement, ils ne peuvent aller plus loin, investir Fort-de-France ou tenter franchement l'émigration définitive en France métropolitaine faute, sans doute, de suffisamment de points d'appui dans le contexte antillais. Ce qui pour d'autres est un premier pas vers la liberté est pour eux une marche infranchissable. [...] Il faut considérer les changements d'espaces comme des trajectoires sociales. Ne pas envisager tel ou tel espace résulte de plusieurs choix, d'une capacité à se projeter.*<sup>49</sup> (ROLLE, 2006, p. 15)

O apontamento de uma situação em que os horizontes são muito restritos e tanto a mobilidade social como espacial concretas *não são mais possíveis* pode ser articulado com o entendimento de Blérald (1986, p. 261) de que em um dado momento a migração de trabalhadores antilhanos para a França se coloca como uma mobilidade *necessária*, imposta aos trabalhadores pelas condições socioeconômicas. No mundo da ideologia do trabalho sem trabalho, os trabalhadores têm de estar à disposição para ir a qualquer parte, mas a concretização dessa expectativa não se realiza a não ser para uma pequena parte deles.

A constatação dessa mudança nos conteúdos da ocupação espontânea do espaço urbano aponta um movimento no qual as possibilidades postas pela

---

<sup>49</sup> “Já, territorialmente, eles não podem ir mais longe, avançar em direção a Fort-de-France ou tentar francamente a emigração definitiva para a França metropolitana, sem dúvida por falta de pontos de apoio suficientes no contexto antilhano. O que, para outros, é um primeiro passo em direção à liberdade é, para eles, um percurso intransponível. [...] É preciso considerar as mudanças de espaços como trajetórias sociais. Não vislumbrar tal ou tal espaço resulta de muitas escolhas, de uma capacidade de projetar-se.”

urbanização realizam-se para uma parcela sempre menor da população, e todos os seus limites vão se tornando mais acres e evidentes (DAMIANI, 2000, p. 30). Assim, a periferia não aparece como local para onde as pessoas se dirigem por ser a fronteira a partir da qual é possível instalar-se e começar uma vida nova em direção a certo progresso social, mas simplesmente porque a pressão social ou econômica as expulsa para lá – é um processo de degradação social, não a abertura de perspectivas de ascensão social.

Mesmo diante dessa impossibilidade de uma efetiva mobilidade espacial e social, Rolle (2006, p. 15) insiste no termo “mobilidade”, mas para encontrá-lo precarizado: em vez de uma mobilidade espacial mais significativa, o autor identifica uma pequena mobilidade interna ao bairro; em vez de uma mobilidade social real, identifica o que denomina de “mobilidade psicológica” – uma ilusão de mobilidade social, que se realiza através da arrumação da casa e do consumo de bens. Assim, em uma circunstância na qual a mobilidade espacial e social evidencia seus limites, o autor utiliza o termo “mobilidade”

*pour l'appliquer à un terrain où les gens ne bougent pas, sinon dans leur psychologie. Cette forme originale de mobilité s'opère en acquérant des objets symboliques, fétiches, qui modifient l'aspect intérieur de l'habitat pour l'amener à ressembler à une maison classique conforme au modèle qui s'est imposé dans les années soixante-dix en Martinique.<sup>50</sup> (ROLLE, 2006, p. 15)*

Não há mobilidade alguma. O que há é a pressão de um modelo de consumo e moradia que nunca se realiza, e no entanto não deixa de acenar e dirigir a vida e

---

<sup>50</sup> “para aplicá-lo a uma situação em que as pessoas não saem do lugar, a não ser em sua psicologia. Essa forma original de mobilidade opera-se pela aquisição de objetos simbólicos, fetiches, que modificam o aspecto interior do habitat para levá-lo a ficar parecido com uma casa clássica, de acordo com o modelo que se impôs nos anos 1970 na Martinica.”

as aspirações das pessoas. Esse “arremedo de cidadania”, que se realizaria através do consumo de bens, também ele se realiza restrita e precariamente, fundado em uma condição de trabalhador que nunca chega a se efetivar:

*Mais cette mobilité, qui passe par une consommation excessive des biens d'équipement non productifs est hors norme [...]. Cette consommation qui entre dans le champ des loisirs ne bénéficie pourtant ni du temps nécessaire aux loisirs, ni du travail qui permet de l'acquérir régulièrement. La pratique du crédit est alors une anticipation sur un temps de travail hypothétique.<sup>51</sup>*  
(ROLLE, 2006, p. 15)

Nessa circunstância, a identidade e a integração com a cidade só se efetivam como ilusão, pelo consumo – nem sempre realizado, mas sempre almejado – de bens de alto valor simbólico. Reitera-se aqui a observação de Letchimy (1992, p. 30) quanto ao equipamento interno da casa como forma de preencher o lugar da apropriação da cidade, que nunca se efetiva. Essa ilusão de integração realiza-se pela arrumação do interior da casa, destacando-se o descompasso entre o mobiliário doméstico e o equipamento urbano efetivamente presente no bairro, efetivamente acessível a esses moradores. É isso que Rolle (2006, p. 16) nos permite observar no seguinte trecho:

*Si les habitants se signalent par quelques singularités (la famille, l'espace) ils n'en demeurent pas moins dans une société globale qui fonctionne beaucoup sur l'acquisition de biens de consommation à haute valeur symbolique. [...] l'ensemble des acquisitions de ce qui meuble une maison est souvent présent à l'intérieur. [...]*  
*[...] Vieux-Pont est un accéléré de la consommation de l'île en bien d'équipement. [...]*

---

<sup>51</sup> “Mas essa mobilidade, que passa por um consumo excessivo de bens de equipamento não-produtivos, não é a norma [...]. Esse consumo que entra no campo dos lazeres não conta, no entanto, nem com o tempo necessário aos lazeres, nem com o trabalho que permite adquiri-lo regularmente. A prática do crédito é assim uma antecipação sobre um tempo de trabalho hipotético.”

*Le côté dérisoire provient alors de cette impression que ces équipements, et ces meubles, ne devraient pas être déjà là. Autrement dit, leurs propriétaires ne les ont pas acquis lors d'un lent processus d'intégration mais dans la précipitation.*

*La caractéristique de la mangrove, du rejet et la proximité urbaine pour ces derniers squatters d'une autre époque, rend l'exclusion encore plus lisible. Le marché illicite qui procure à vil prix ces signes est une manière d'y remédier.<sup>52</sup>*

Assim, Rolle (2006, p. 18, 20) identifica não somente um descompasso entre o interior da casa e seu exterior, mas também uma espécie de mimese dessincronizada entre a arrumação da casa realizada no bairro popular e aquela realizada pelas classes mais altas – podemos falar de uma precariedade da vida no lugar, que se realiza como imitação daquilo que seria uma vida “normal”: as classes populares buscam recolocar-se socialmente adquirindo móveis e equipamentos que revelam “bom gosto”, porém isso se realiza sempre “um passo atrás”, ou em uma versão precária, daquilo que é realizado pelas classes mais abastadas. É a imitação precária de um bom gosto obsoleto...

*Cependant le “rattrapage” suit [...]; il s’agit d’un “rattrapage” hors saison. Au moment où les classes moyennes supérieures commencent à mettre en place une stratégie du dénuement dans l’aménagement intérieur, pour se distinguer des catégories populaires et éventuellement de l’environnement de leur enfance [...], les gens de Vieux-Pont accèdent à ce désir d’équipement standard avec ce handicap dû à l’exclusion, à leur culture qui*

---

<sup>52</sup> “Se os habitantes destacam-se por algumas singularidades (a família, o espaço), nem por isso deixam de estar inseridos em uma sociedade global que funciona muito baseada na aquisição de bens de consumo de alto valor simbólico. [...] o conjunto das aquisições daquilo que constitui o mobiliário de uma casa está com frequência presente no interior. [...]

[...] Vieux-Pont é um *time lapse*\* do consumo de bens de equipamento da ilha. [...]

O aspecto irrisório provém então da impressão de que esses equipamentos, e esses móveis, não deviam estar ali *ainda*. Em outras palavras, seus proprietários não os adquiriram ao longo de um lento processo de integração, mas precipitadamente.

A característica da *mangrove*, de recusa e proximidade urbana para esses últimos *squatters* de uma outra época, torna a exclusão ainda mais legível. O mercado ilícito que fornece a vil preço tais signos é uma maneira de remediá-la.”

\* Técnica cinematográfica que produz nas imagens um efeito de aceleração do tempo.

*ne leur a pas permis de jouer d'une mobilité traditionnelle. Les meubles qu'ils acquièrent sont des imitations d'une habilité moyenne de mobilier valorisé dans une conception désuète du patrimoine [...]. Le "complexe béké" resurgit ici de manière plus saisissante que chez les classes moyennes.*

*[...] Et c'est ainsi pour beaucoup d'autres aménagements intérieurs: nous avons toujours cet effet de décalage avec le temps de la fondation du reste de la Martinique.<sup>53</sup> (ROLLE, 2006, p. 20)*

A partir desse estudo de caso, o autor permite-se afirmar que a situação de Vieux-Pont não é especial e única, mas um prenúncio para a Martinica, revelando as novas dificuldades do urbanismo diante do fato de que o período “glorioso” pós-departmentalização acabou, e as dificuldades postas pela dependência de transferências e ajudas da metrópole tornam-se mais evidentes:

*Ce qui s'est passé à Vieux-Pont préfigure l'état de la Martinique dans les prochaines années. Le problème de la drogue a dissimulé les raisons sociologiques, économiques, voire politiques. La Martinique a terminé ses "trente glorieuses" après la France. Des catégories sociales ont pu se différencier et les dirigeants, les intellectuels d'aujourd'hui ont pleinement bénéficié de cet essor, grâce notamment à un système éducatif performant et intégrateur. La crise économique, mondiale, a brisé cet élan. Vieux-Pont a pu se produire dans un système économique en transformation mais aussi dépendant des transferts, des aides de la métropole.<sup>54</sup> (ROLLE, 2006, p. 21)*

---

<sup>53</sup> “No entanto o processo de ‘recuperação’ continua [...]; mas é uma ‘recuperação’ fora de época. No momento em que as classes médias superiores começam a implementar uma estratégia de desnudamento na decoração de interiores, para distinguir-se das categorias populares e eventualmente do ambiente de sua infância [...], as pessoas de Vieux-Pont chegam ao desejo do equipamento padrão, com a deficiência devida à exclusão, à sua cultura que não lhes permitiu contar com uma mobilidade tradicional. Os móveis que adquirem são imitações de uma habilidade média de mobiliário, valorizada em uma concepção em desuso do patrimônio [...]. O ‘complexo béké’ ressurgiu aqui de maneira mais evidente que entre as classes médias.

[...] E é o mesmo para muitos outros casos de organização de interiores: sempre temos esse efeito de descompasso com o tempo da fundação do resto da Martinica.”

\* O termo designa a elite branca francesa que se constituiu como classe dominante nas Antilhas colonizadas pela França.

<sup>54</sup> “O que se passou em Vieux-Pont prefigura o estado da Martinica nos próximos anos. O problema das drogas dissimulou as razões sociológicas, econômicas, e até políticas. A Martinica encerrou seus ‘trinta gloriosos’ após a França. Categorias sociais puderam diferenciar-se, e os dirigentes, os intelectuais de hoje beneficiaram-se plenamente desse crescimento, graças notadamente a um sistema educativo eficiente e integrador. A crise econômica, mundial, quebrou esse impulso. Vieux-Pont pôde produzir-se em um sistema econômico em transformação, mas também dependente das transferências, das ajudas da metrópole.”



Assim, destaca-se a identificação da impossibilidade de acesso a uma cidadania efetiva, mitigada por um acesso ilusório ao urbano por meio de um consumo precarizado. Se o autor afirma, como vimos mais acima, que o caso de Vieux-Pont é um fragmento que ilumina a situação da Martinica como um todo, é possível afirmar que não ilumina apenas essa situação, mas aponta contradições de um mundo tendencialmente urbano (LEFEBVRE, 2000, p. 72), que no entanto não se realiza na direção de produzir o urbano para todos:

Não há o urbano para todos. Esta é a radicalidade do urbano na História, colocada hoje com clareza suficiente. Todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite que estamos vivendo. (DAMIANI, 2000, p. 30)

Nesse momento, podemos colocar a ideia de que, servindo de certa forma como suporte político-ideológico dos interesses relacionados à expansão do capital implicados na modernização dos DOM/TOM, concebe-se a departamentalização como momento em que as populações desses antigos territórios coloniais deveriam passar a ser contempladas com os mesmos direitos de qualquer cidadão francês – e isso inclui certos direitos dos quais se traveste o consumo de mercadorias, nos quadros de um estilo de vida urbano moderno. É o que nos revela Desse (1998, p. 223) quando afirma que

*Avec le développement des services, de l'appareil étatique et des collectivités territoriales, les villes insulaires sont devenues les points de*

départ de la politique d'assimilation. Elles en sont les instruments, le relais, la vitrine.<sup>55</sup> [grifo nosso]

Assim, observamos um movimento em que a noção de cidadania tende a se reduzir na direção do direito ao consumo de bens e serviços, especialmente aqueles implicados no que se entende como um padrão de vida de país desenvolvido. Desse modo, reduz-se tanto o reconhecimento do cidadão como ser político, quanto a possibilidade da cidade como lugar de realização da vida humana, do encontro, da criação. A urbanização inscreve-se em um processo de travestir como incremento de cidadania a expansão da mercadoria; cidadania se define como consumo de mercadorias; vida urbana, como viabilização desse consumo.

A insistência da análise sobre as ambiguidades e problemas advindos com ou dos *benefícios* verificados nas Antilhas pós-departmentalização não deve dar a entender que houve uma extensão completa de benefícios sociais ou dessas capacidades de consumo – eles nem sempre se realizam. Blérald (1986, p. 242-244) alerta para a persistência das desigualdades de rendimentos nas ilhas, afirmando que, considerando-se o custo de vida, o valor dos salários e o desemprego, são cerca de 30% da população que podem de fato realizar o padrão de consumo alcançado pelo funcionalismo “subsidiado” pelo Estado francês. E destaca que a entrada das classes trabalhadoras no esquema de consumo de massa – e a perspectiva ilusória de que esse acesso pode alargar-se sempre um pouco mais – não deixa de ser um instrumento de integração social e ideológica, portanto de legitimação da presença francesa nas Antilhas.

---

<sup>55</sup> “Com o desenvolvimento dos serviços, do aparelho estatal e das coletividades territoriais, as cidades insulares tornam-se o ponto de partida da política de assimilação. Eles são seus instrumentos, seus mensageiros, sua vitrine.”

Quando se realiza, essa possibilidade deixa o mal-estar da mimese, da imitação de um estilo de vida alheio. É o que apontam, por exemplo, Benoist (1985, p. 70), ao falar em enclave do universo do funcionalismo nas ilhas crioulas, ou Blérald (1986, p. 241), ao falar em ocidentalização dos hábitos e comportamentos na Antilhas. Para além da questão da cultura crioula reiteradamente reivindicada pelos autores, pode-se inferir daí que, em um mundo de representações, o acesso à cidade também se traveste de acesso a uma representação da cidade e da vida urbana. Interessa nesse sentido a formulação de Letchimy (1992, p. 39) de que a cidade que a periferia almeja é a aparência da cidade, pela “vitrine de comportamento e consumo” em que ela se mostra.

Vimos que tanto Letchimy (1992, p. 26-33) como Rolle (2006, p. 16) observam que, diante da impossibilidade de um verdadeiro acesso ao urbano, as famílias que se instalam na cidade ou suas periferias buscam focar-se na organização do espaço *interno* da casa, dispondo os cômodos e adquirindo móveis e aparelhos reconhecidos como próprios a uma vida urbana e como elementos de elevação do padrão de vida. Ou seja, o consumo de mercadorias aparece como a possibilidade de vida urbana – uma representação dela –, em um mundo no qual a vida urbana efetiva e plena não é possível.

## 5. CONSIDERAÇÕES

O caminho de nossos estudos sobre a Martinica começa pelo contato com reflexões ligadas à crítica da departamentalização naquilo que ela significa em termos de assimilação cultural e dominação política. Nessa perspectiva, o estatuto político-territorial assumido pela Martinica como forma de descolonização é vislumbrado em sua ambiguidade: se a ruptura das colônias com sua metrópole colonial seria condição para a construção, nesses territórios, de uma história própria, sua integração à metrópole francesa sob a forma do ultramar realizaria uma descolonização que nunca chega a se resolver. A departamentalização absorve a condição de ex-colônia de maneira atenuada, instaurando uma igualdade entre colônia e metrópole que jamais termina de se realizar, uma ilusão de ser francês que traz problemas à constituição de uma verdadeira identidade, emergindo na forma de diversos incômodos. Junto com o direito de ser francês, embora nunca plenamente efetivado, vem a introdução de uma forma de viver estranha ao lugar.

Essa leitura vem constituir uma crítica da dependência, entendendo-a em suas origens coloniais. Outras leituras tornam-se possíveis quando se agrega uma perspectiva que considere os fundamentos da produção do espaço e da vida cotidiana na sociedade moderna. Ao entender a sociedade moderna no movimento que inclui a generalização do urbano, a deterioração do caráter urbano da cidade e a apropriação do espaço pela lógica da mercadoria, os incômodos podem ganhar outros sentidos. Desse modo, para além dos entraves constituídos por resquícios coloniais, é necessário considerar uma economia mundializada que procura absorver tudo quanto é possível sob sua lógica.

Assim, a relação centro-periferia, que de início parece coincidir com uma relação metrópole-colônia, revela-se em outra complexidade, e emerge a forma da centralidade, que se realiza produzindo uma multiplicidade de centros e periferias. A mundialização coloca a Martinica não apenas como periferia da França, mas em um sistema mundial no qual sua relação se redefine, inclusive como periferia da Europa, entrando em jogo a concepção de regiões ultraperiféricas da União Europeia. O fenômeno entendido como macrocefalia da rede urbana da ilha, em que uma conurbação central e destacadamente Fort-de-France polarizam toda ela, revela uma reprodução dessa mesma forma, e do mesmo modo a Martinica surge como uma centralidade em relação às Antilhas francesas e até o Caribe. Essa reflexão não se desdobra em uma proposta de compreensão estrutural das hierarquias, mas permite observar a circunstância da relação departamental como algo além de um regime colonial que se pereniza.

Essa perspectiva permite um outro entendimento que não o do desvio, da distorção, mas do desenvolvimento crítico e contraditório. O que implica uma crítica do progresso, e obriga a superar os balanços sobre os avanços e retrocessos, os ganhos e perdas. Isso se revela fundamental na medida em que, no contexto da vinculação departamental oferecida à colônia por sua metrópole, as transformações ocorridas na Martinica pós-colonial são muitas vezes apresentadas e entendidas como benefícios concedidos à população, como direitos ligados à concretização da plena cidadania francesa adquirida com a departamentalização. No entanto elas nos permitem pensar a urbanização em sua dimensão de alienação política e espacial, uma urbanização que não oferece o usufruto da cidade, que é um instrumento de dominação política, reprodução do capital e legitimação de sua ordem.

Desse modo, o incômodo com a descaracterização de uma cultura própria, com uma falta de pulsação que se estende aos domínios da economia e da sociedade local, o entendimento da departamentalização como instauradora de uma relação estagnadora, tudo isso pode ser analisado para além das imposições e bloqueios de uma antiga metrópole, incluindo-se o entendimento da reprodução de uma sociedade na qual a produção do espaço acena com o urbano e o moderno como desenvolvimento, progresso, direito, ainda que se realize na direção de cumprir as necessidades de expansão da economia, e assim o sentido da cidade fica rarefeito.

O desconforto que está contido na relação pode não apontar apenas a tensão entre uma cultura local e as imposições metropolitanas, mas remeter à própria relação que se estabelece entre os indivíduos e o espaço no mundo moderno, quando ela passa a ser portadora do estranhamento e não do reconhecimento. E o reconhecimento é cooptado pela folclorização do tradicional, produz o simulacro. Não se trata da apropriação da vida cotidiana pela lógica da metrópole, mas pela lógica do mundo moderno.

Nessa lógica está implicado o rápido crescimento das cidades, com a constituição de aglomerações que não seguem as noções do ordenamento, ou a degradação e o esvaziamento do centro da cidade. Esses não são apenas desafios ao urbanismo, mas colocam a própria possibilidade de implementação de projetos. Na operação de reordenamento de uma área de ocupação espontânea e construção de uma imensa obra viária para estabelecer sua “integração” à cidade, já está contida a possibilidade do movimento de “renovação” do centro que culmina em um empreendimento privado de luxo.

A apropriação da cidade pelo habitante não se realiza, nem na área degradada, com as condições de vida precárias e a estigmatização, nem na área renovada, onde se encontra o sabor da externalidade, da imposição. A análise volta-se para o interior da casa, onde é pelo consumo de símbolos que se tenta a aproximação com a cidade. Assim se colocam elementos que apontam os conteúdos de uma urbanização que se realiza no plano da mercadoria e como mimese da vida urbana. Ela inclui a precariedade de infraestrutura e equipamentos urbanos, a segregação e a impossibilidade de acesso, a representação do urbano. Desse modo, coloca seus constrangimentos pela falta de equipamento urbano e infraestrutura, ou ainda que haja equipamento e infraestrutura.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: **Walter Benjamin**. Organização Flávio R. Kothe. São Paulo: Atica, 1985.

BENOIST, Jean. Les îles créoles: Martinique, Guadeloupe, Réunion, Maurice. **Hérodote** – Revue de Géographie et de Géopolitique. Ces îles où l'on parle français, Paris: Université Paris VII/Commissariat Général de la Langue Française, n. 37-38, p. 53-75, 2<sup>o</sup>/3<sup>o</sup> trimestres 1985.

BLÉRALD, Alain-Philippe. **Histoire économique de la Guadeloupe et de la Martinique: du XVII<sup>e</sup> siècle à nos jours**. Paris: Karthala, 1986.

BURAC, Maurice. Avant-propos. **Terres d'Amérique**. La question de la terre dans les colonies et départements français d'Amérique 1848-1998, Schoelcher: GEODE Caraïbe/Paris: Karthala, v. 3, p. 9-11, 2000.

BURAC, Maurice; CALMONT, André. Introduction. **Terres d'Amérique**. La question de la terre dans les colonies et départements français d'Amérique 1848-1998, Schoelcher: GEODE Caraïbe/Paris: Karthala, v. 3, p. 15-16, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975.

CARAYOL, Rémi. À Mayotte, départementalisation à la pelleuse. **Le Monde Diplomatique**. Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2011/06/CARAYOL/20657>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. "O consumo do espaço". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. Entretien avec Aimé Césaire. **Hérodote** – Revue de Géographie et de Géopolitique. Ces îles où l'on parle français, Paris: Université Paris



VII/Commissariat Général de la Langue Française, n. 37-38, p. 90-94, 2o-3o trimestre 1985. Entrevista concedida a Yves Lacoste.

\_\_\_\_\_. Penser l'urbain dans sa globalité. Préface. In: LETCHIMY, Serge. **De l'habitat précaire à la ville: l'exemple martiniquais**. Paris: L'Harmattan, 1992.

CHAMOISEAU, Patrick. **Texaco**. Paris: Gallimard, 1992. Coleção Folio, 2634.

\_\_\_\_\_. **Une enfance créole I – Antan d'enfance**. Paris: Gallimard, 1996. Coleção Folio, 2844.

DAMATO, Diva Barbaro. Itinerário da literatura das Antilhas-Guiana francesas: do projeto colonial à consciência nacional. **Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 49, n. 1/4, p. 205-218, jan./dez. 1988.

\_\_\_\_\_. **Édouard Glissant: poética e política**. São Paulo: Annablume/FFLCH, 1995. Coleção Parcours.

DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria – reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 15, p. 21-37, 2000. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/files/TL\\_N15.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N15.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Ordenamento urbano e gestão territorial: impasses. In: CORRÊA, Aureanice de Mello; OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas – V. II**. Rio de Janeiro: Lamparina/Anpege/Faperj, 2008.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DESSE, Michel. Les nouvelles formes de polarisation urbaine en Guadeloupe, Martinique et Réunion. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 42, nº 116, p. 223-246, 1998. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/022738ar>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

FORT-DE-FRANCE. Prefeitura de Fort-de-France. **Géographie de la Martinique**. Fort-de-France, 2010a. Disponível em: <<http://www.fortdefrance.fr/-281-Geographie-de-la-martinique>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Fort-de-France. **PDRU de Fort-de-France**. Novembre 2005 – Décembre 2010. 5 ans d'actions: Présentation / Bilan. Fort-de-France, 2010b. Disponível em: <<http://www.fortdefrance.fr/medias/documents/pdf/--fdf--13052702-Detail-chiffre.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

FRANCE. Assemblée Nationale. **La loi de départementalisation du 19 mars 1946**. Création des départements d'outre-mer. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/depts-outre-mer.asp>>. Acesso em: 5 maio 2013.

GIRAULT, Christian. Haïti: un pays si peu francophone... et pourtant!. **Hérodote** – Revue de Géographie et de Géopolitique. Ces îles où l'on parle français, Paris: Université Paris VII/Commissariat Général de la Langue Française, n. 37-38, p. 249-260, 2<sup>o</sup>/3<sup>o</sup> trimestres 1985.

GODARD, Henry; HARTOG, Thierry. Le Bassin Caraïbe: des contrastes nuancés au sein du tiers monde le plus développé. **Mappemonde**, Montpellier, n<sup>o</sup> 72, p. 3-5, 2003. Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M403/Intro.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

GOUTIER, Hegel. Uma atracção que contraria os clichés. Descoberta da Europa: Martinica. **O Correio**. A Revista das Relações de Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e União Europeia. Bruxelas, n<sup>o</sup> 7 n.e., p. 50-51, ago./set. 2008a.

\_\_\_\_\_. Opulência aparente e economia frágil. Descoberta da Europa: Martinica. **O Correio**. A Revista das Relações de Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e União Europeia. Bruxelas, n<sup>o</sup> 7 n.e., p. 55, ago./set. 2008b.

GRANDMAISON, Madeleine Jouye. Mal organizada mas bem equipada. Descoberta da Europa: Martinica. **O Correio**. A Revista das Relações de Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e União Europeia. Bruxelas, n<sup>o</sup> 7 n.e., p. 57, ago./set. 2008. Entrevista concedida a Hegel Goutier.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: \_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LACOSTE, Yves. Ces îles où l'on parle français. **Hérodote** – Revue de Géographie et de Géopolitique. Ces îles où l'on parle français, Paris: Université Paris VII/Commissariat Général de la Langue Française, n. 37-38, p. 3-30, 2<sup>o</sup>/3<sup>o</sup> trimestres 1985. Editorial.

LEFEBVRE, Henri. Introduction à l'étude de l'habitat pavillonnaire. In: \_\_\_\_\_. **Du rural à l'urbain**. Paris: Anthropos, 1970.

\_\_\_\_\_. **Le droit à la ville, suivi de Espace et politique**. Paris: Anthropos, 1972.

\_\_\_\_\_. Uma nova positividade do urbano. **MMM**, fev. 1988. Entrevista. (Tradução de fragmentos, não publicada, por Amélia Luisa Damiani.)

\_\_\_\_\_. La ville et l'urbain. In: \_\_\_\_\_. **Espace et politique**. Paris: Anthropos, 2000.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp24/Artigo\\_Sandra.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LETCHIMY, Serge. **De l'habitat precare à la ville: l'exemple martiniquais**. Paris: L'Harmattan, 1992.

\_\_\_\_\_. Fort-de-France, cidade para viver e não para consumir. Descoberta da Europa: Martinica. **O Correio**. A Revista das Relações de Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e União Europeia. Bruxelas, nº 7 n.e., p. 52-53, ago./set. 2008. Entrevista concedida a Hegel Goutier.

MARLIN-GODIER, Micheline; DARSIERES, Camille. Fort-de-France, ville de defis, ville capitale. Fort-de-France, 2001. Disponível em: <<http://www.fortdefrance.fr/medias/documents/pdf/--fdf--10093104-Histoire-de-Fort-de-France-.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. I. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.

NÉLIDE, Francinet. L'évolution du problème foncier des années 60 à nos jours, à la Martinique. **Terres d'Amérique**. La question de la terre dans les colonies et départements français d'Amérique 1848-1998, Schoëlcher: GEODE Caraïbe/Paris: Karthala, v. 3, p. 167-170, 2000.

PAULA, Carolina Massuia de. **Reflexões sobre o lugar e os limites da literatura como forma de apropriação do espaço**: uma leitura do romance *Antan d'enfance*, de Patrick Chamoiseau, à luz da Geografia Urbana. 2009. 43 f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROLLE, William. Adieu Texaco. Vieux-Pont: épilogue d'une réhabilitation urbaine à la Martinique. **La Somme et le Reste**, nº 8, p. 13-21, nov. 2006.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Futebol: do ócio ao negócio. In: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio. **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **As Regiões Ultraperiféricas**. Regiões da Europa, de trunfos e de oportunidades. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2012. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/presenta/rup2012/brochure\\_rup\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/rup2012/brochure_rup_pt.pdf)>. Acesso em: 8 maio 2013.

ZANANAS. 8 mai 1902, récit d'une catastrophe. 2002. Disponível em: <<http://www.zananas-martinique.com/martinique-saint-pierre/eruption-mont-pele.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2010.